



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA
208ª SESSÃO
(SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - COMISSÃO GERAL)

Em 19 de Setembro de 2018
(Quarta-Feira)

Às 14 horas e 35 minutos

ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Passa-se à

COMISSÃO GERAL

Sras. e Srs. Deputados, neste momento, transformo a sessão plenária em Comissão Geral, com a finalidade de debater o procedimento de apuração, liberação e aplicação dos recursos referentes às parcelas calculadas de forma equivocada pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação nos Municípios brasileiros.

Sobre a mesa, acha-se à disposição das Sras. e dos Srs. Parlamentares folha de inscrição destinada a quem queira fazer uso da palavra. O tempo reservado a cada um dos expositores estará limitado a 5 minutos. Em seguida, falarão os Srs. Líderes de partidos, pelo tempo de 5 minutos. Os demais Parlamentares falarão a seguir, pelo tempo de 3 minutos, conforme a ordem de inscrição.

Convido para compor a Mesa o Sr. Anizio Santos de Melo, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos lotados nas Secretarias de Educação e de Cultura do Estado do Ceará e nas Secretarias ou Departamentos de Educação e/ou Cultura dos Municípios do Ceará.

Convido também a Profa. Joaquina Vieira, da rede pública municipal.

Convido o Sr. Nivaldo Barbosa da Silva Júnior, advogado do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas — SINTEAL.

Convido a Sra. Maria Consuelo Correia, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas — SINTEAL.

Podem tomar assento à mesa e ficar à vontade. Sejam bem-vindos.

Muito obrigado.

Vamos fazer agora a leitura do discurso do Presidente da Câmara dos Deputados:

"Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. convidados desta Comissão Geral, em setembro de 1996, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 14, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o FUNDEF. Poucos meses depois, em dezembro daquele mesmo ano, o Parlamento aprovava a lei de regulamentação desse Fundo, a Lei nº 9.424, que representou uma das mudanças mais profundas que a educação brasileira viveu nas últimas décadas.

Um dos formuladores do FUNDEF, o ex-Ministro da Saúde e atual Prefeito de Piracicaba, Barjas Negri, afirmou, por ocasião de sua criação, que o Fundo representava uma "minirreforma tributária", ao introduzir a matrícula nos critérios de repartição dos recursos entre o Estado e seus Municípios.

A União e seus recursos financeiros complementares exerciam, por sua vez, o papel de correção da desigualdade nos dispêndios educacionais, em torno de um mínimo que foi adotado pelo Ministério da Educação como o gasto aluno por ano adequado nacionalmente. Outra novidade naquele momento de criação do FUNDEF era a fixação de um percentual mínimo dos recursos que deveriam sustentar a valorização do magistério.

Em síntese, o FUNDEF, sucedido em 2006 pelo FUNDEB, que passou a abranger toda as etapas da educação básica, representou a principal política pública para a gestão e o financiamento da educação brasileira.

Recentemente, a Justiça brasileira entendeu que o cálculo do valor base para que se efetivasse a complementação da União ao FUNDEF foi, por muitos anos, realizado em desconformidade com as normas que regiam o Fundo.

Essa decisão judicial gerou o chamado "passivo do FUNDEF". Além daquelas já em fase de execução, há um conjunto de ações judiciais em curso, em diferentes estágios, que poderão resultar na destinação de vultosos recursos da União aos entes subnacionais que teriam sido beneficiados à época.

O Tribunal de Contas da União tem, por meio de acórdãos publicados em 2017 e 2018, buscado orientar os entes federados sobre a destinação dos precatórios recebidos ou a receber em virtude do passivo FUNDEF.

O TCU assegurou que permanece a vinculação original desses recursos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Persistem, no entanto, dúvidas e dissensos em relação à aplicação dos valores, sobretudo à obrigatoriedade de cumprir a subvinculação de 60% destinada à remuneração do magistério. Ocorrem, além disso, decisões não uniformes no âmbito do sistema de Justiça e dos órgãos de controle que reforçam as incertezas dos gestores públicos.

Em virtude desse contexto, a Câmara dos Deputados criou, em 18 de abril deste ano, uma Comissão Externa destinada a realizar o acompanhamento do procedimento de apuração, liberação e aplicação dos recursos referentes às parcelas calculadas de forma equivocada pelo FUNDEF e eventuais repercussões sobre a implementação do FUNDEB.

Essa Comissão Externa está sob a coordenação do Deputado JHC e conta com a participação dos Deputados Domingos Neto e Danilo Cabral e vem trabalhando em conjunto com a Comissão de Educação, presidida por este último.

Nosso esforço, nesta Casa, no dia de hoje, é colaborar com os demais agentes públicos da República para que esses recursos sejam aplicados em obediência às normas legais e possam ajudar a dar respostas aos grandes desafios educacionais do nosso País.

Desejo um bom debate a todos".

Este foi o pronunciamento do Presidente da Casa, o Deputado Rodrigo Maia.

Eu gostaria de alertar a todos os que estão aqui presentes e que queiram fazer uso da palavra que, por favor, se dirijam à Mesa e que falem com a Cristiane.

Também observo que estão presentes alguns órgãos importantes para este debate, a exemplo do próprio FNDE e de órgãos de fiscalização e controle de alguns Estados, cujas manifestações seriam importantes.

Com base regimental, nós temos as indicações que os partidos fazem, mas nós estamos em uma Comissão Geral, em um amplo debate que permite essa interação, então, oriento também aqueles que estão aqui participando conosco da audiência que, por favor, se dirijam à Mesa para manifestar o interesse de fazerem uso da palavra.

Eu não poderia deixar de cumprir o meu mister como Deputado Federal e de estar aqui exercendo as minhas atribuições, até porque a discussão sobre os precatórios do FUNDEF exige uma celeridade enorme, na medida em que algumas Prefeituras, alguns gestores já estão na iminência de fazerem uso desses recursos.

Portanto, eu não poderia abdicar jamais de cumprir com o meu papel de legislador e, enquanto também investido da condição de Presidente e de Coordenador da Comissão Externa para a aplicação e fiscalização dos recursos do FUNDEF, de estar presente nesta data especial.

Por óbvio, não posso deixar de registrar que outros Parlamentares gostariam também de fazer parte deste importante momento para o Parlamento brasileiro, já que a quantia desses recursos públicos referentes somente aos precatórios municipais passa de 90 bilhões de reais, e agora teremos também os precatórios no âmbito estadual. Então, representando esses Parlamentares, o Deputado JHC também está aqui presente. E farei uso da palavra, daqui da Presidência, para que possamos iniciar os nossos debates.

Antes de mais nada, quero agradecer a participação dos senhores aqui presentes fisicamente junto conosco neste plenário. Mas tenho certeza de que nós estamos sendo assistidos por milhares de pessoas pelo *site* da Câmara dos Deputados e pela televisão, canais que transmitem ao vivo as imagens da *TV Câmara*. Então, eu gostaria de me dirigir a todos os telespectadores e também àqueles que estão nos acompanhando pela grande rede mundial, a Internet.

Senhoras e Senhores, nós estamos reunidos para tratar de um tema fundamental e de grande importância.

No início deste ano, eu, com a minha preocupação peculiar, advinda de uma das funções típicas do Parlamentar, a de fiscalizar as ações do orçamento, o uso dos recursos públicos, além do nosso poder legislativo, senti-me incomodado em não poder participar de forma mais efetiva na fiscalização da aplicação desses recursos das parcelas que foram, de forma equivocada, pagas aos Municípios, as parcelas ainda do antigo FUNDEF. Quando falamos das parcelas do FUNDEF, nós estamos falando em desenvolvimento do ensino e, em especial, da valorização do magistério.

Então, criamos uma Comissão Externa. Explico aos que estão nos assistindo que essa Comissão Externa é um instrumento que a Câmara dos Deputados tem de fiscalizar assuntos específicos, para que Parlamentares possam se debruçar sobre esses temas. A Comissão terá a sua vigência até o final deste mandato, para justamente ter uma eficácia ainda maior em relação a pontos específicos dentro da nossa previsão de eventuais temas relevantes. Nós propusemos a criação dessa Comissão, que foi aprovada pelos Parlamentares da Casa. Usamos esse instrumento, formamos a Comissão, e eu tive a alegria e felicidade de ser o seu Coordenador.

Eu também gostaria de parabenizar todos os órgãos de fiscalização e controle — Ministério Público, Tribunal de Contas e Tribunais de Contas Estaduais —, que, apesar de terem algumas divergências em relação à aplicação desses recursos, acredito que todos eles estejam de boa-fé, sobretudo porque a vinculação de 100% para a educação surgiu de um debate democrático especialmente por parte de muitos sindicatos — sindicatos da própria base da educação — questionando e provocando os órgãos de fiscalização e controle, e nós conseguimos chegar a esta vinculação dos 100% desses recursos.

Esse foi um passo fundamental muito importante, e eu gostaria de aqui, neste momento, fazer este registro e parabenizar todos que se esforçaram para que nós já tivéssemos a vinculação dos 100% desses recursos para a educação.

Quando nós criamos a Comissão, nós fizemos questão de convidar os órgãos de fiscalização e controle para participar. Então, Ministério Público Federal, Tribunal de Contas, Ministérios Públicos Estaduais, todos estiveram presentes nesse debate.

Avançamos na discussão desses temas de forma aprofundada. Alguns foram vencidos e outros correm sendo questionados também no âmbito judicial quanto à aplicação desses recursos. Mas, nesse transcurso, o maior desafio que nós encontramos, o maior gargalo, Dr. Nivaldo, foi justamente a questão da subvinculação. Encontramos uma discussão que nem sequer existia, e estava ali o direito — especialmente o da valorização do magistério dos professores — entre a vida e a morte.

Foi aí que nós resgatamos essa discussão e a trouxemos para o âmbito da Câmara dos Deputados, que é a Casa do Povo brasileiro, e demos luz e colocamos no palco quem estava na periferia dessa discussão ou quem tinha dificuldade de ter voz dentro dessa discussão. E nós conseguimos isso através dessa Comissão.

Eu quero aqui destacar o importante papel do Parlamento brasileiro e a missão de um Parlamentar dentro desta Casa, que é, através de um debate democrático, garantir os direitos da sociedade, dos cidadãos e sobretudo daqueles que provocam a nossa Casa.

Começamos essa discussão e encontramos pelo Brasil uma enxurrada de ações no âmbito judicial, em diferentes direções, em que não se sabia ao certo, ou pelo menos naquele momento, e não se tinha a clareza sobre a aplicação desses recursos. E isso causou uma insegurança — e ainda hoje persiste uma insegurança jurídica — em relação ao pagamento dos precatórios, tanto para o gestor que quer pagá-los quanto para quem tem o direito de receber esses precatórios. Nós estamos caminhando, já tivemos algumas vitórias em relação a essa discussão e conseguimos alguns avanços.

Para que quem esteja assistindo a esta Comissão entenda, quando nós começamos a Comissão existia um parecer, na verdade, uma orientação do próprio Tribunal de Contas da União para os órgãos de fiscalização e controle sobre a utilização desses recursos em que foram estabelecidos alguns critérios.

No meu entendimento, a subvinculação havia ficado de fora de forma equivocada, porque não fazia sentido algum haver a vinculação dos 100% para educação e não haver subvinculação; utilizar todos os critérios, desde o art. 60, inciso XII, da Constituição até a própria lei, e deixar de fora, ou seja, discriminar, ser discricionário, inclusive no lugar do próprio gestor. Era assim que se passava a informação de que a subvinculação era proibida, induzindo, em alguns momentos, o próprio Ministério Público Federal a firmar alguns TACs proibindo a subvinculação, os 60%.

Então, nós começamos a nos aprofundar nesse tema específico, e chegou por bem à conclusão o Tribunal de Contas, através do Ministro Walton Alencar, numa medida cautelar, depois dessas discussões — ele cita de forma textual as audiências da nossa Comissão —, suspender esses pagamentos até uma decisão final do Tribunal de Contas, orientando os gestores nesse sentido. Foi nessa ocasião que o TCU pediu inclusive a oitiva do MEC, através do FNDE. Estão aqui a Sílvia e a Ana Elisa, que são representantes do FNDE. Nós temos batido à porta do FNDE insistentemente. Nós nos agarramos muito ao FNDE, porque as decisões do próprio Ministério Público Federal, do próprio TCU estavam sendo respaldadas no parecer do FNDE.

Aqui estou divulgando para todo o Brasil, em primeira mão, essa nova nota técnica do FNDE a que tivemos acesso, e que eu considero uma vitória. Por quê? Claro que nós queríamos a obrigação da subvinculação e foi isso o que solicitamos, mas, para efeito político, para o que queremos — e estamos mobilizados para isso —, vamos conseguir com certeza, não tenho dúvidas, fazer o apelo necessário e a gestão política para que os gestores possam fazer a subvinculação.

Nós recebemos essa nota técnica em mãos ontem, que diz:

Todavia, em que pese o posicionamento relacionado ao não enquadramento do pagamento de abonos indenizatórios e passivos trabalhistas, não se pode ignorar a evidência de que, a julgar pelo disposto no art. 211 da Constituição Federal, combinado também com o art. 69, § 5º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a gestão dos recursos da educação compete aos órgãos responsáveis pela educação no âmbito dos respectivos entes governamentais.

De forma clara, o FNDE, na sua nota técnica, diz que não há a proibição da subvinculação. Nós queremos deixar isso claro para aqueles gestores que eventualmente ainda queiram se escudar na nota técnica do FNDE ou criar alguma decisão de que há uma proibição. Eu estou passando essa informação em primeira mão. Essa é uma grande vitória, porque no meu Estado, por exemplo, já convencemos cinco gestores de que a nossa tese prevalece, quando se trata da subvinculação, pelo seu respaldo técnico e pela sua fundamentação jurídica. Nos mais de 40 Municípios que têm esses recursos, nós já vamos começar a fazer gestão a partir de agora.

Essa foi uma decisão muito importante e um divisor de águas também para todos nós. Isto aqui é um presente que anunciamos no dia de hoje nesta Comissão Geral, já que recebemos ontem esta nota técnica.

Quero agradecer o empenho de todo o FNDE, que, de forma sensível e muito criteriosa, estudou toda a discussão que nós fizemos na Comissão, levou em consideração todo o respaldo e toda a fundamentação da Comissão. Foi um apelo que nós fizemos, porque, da forma como estava, dava margem para que TACs ou algo nesse sentido fossem firmados pela proibição. Então agora não resta dúvida, de forma clara, que não existe essa proibição. Aqueles que quiserem se escudar nisso estarão se utilizando de má-fé.

Conseguimos, depois de muita luta, depois de muita batalha, e através da mobilização de todos, pôr luz nesse debate e inibir aqueles gestores que estavam querendo se utilizar da falta de informação que havia sobre a utilização desses precatórios para poder se escudar nisso e fazer disso uma proibição.

Então agora, para todo o Brasil, nesta Comissão Geral, nós estamos anunciando que não há — não há, de forma alguma — a proibição da subvinculação. (*Palmas.*)

É com profunda gratidão e enorme alegria que eu agradeço a todos vocês, porque eu iniciei essa caminhada sozinho. Eu a iniciei sozinho e muitas vezes até pressionado pela classe política. Não vale a pena, não vou entrar no mérito nesse momento, mas fui pressionado de uma forma muitas vezes deselegante e desagradável, porque estamos tratando de educação.

Como eu já falei em outras oportunidades, o Brasil para por conta de tudo. Quando é que nós vamos parar por conta da educação? (*Palmas.*)

Quando é que nós vamos saber e entender que o caminho deste País é a educação? Não se faz educação sem a valorização do magistério, não tem como.

Na discussão técnica que houve no TCU citaram a Malala. A Malala esteve recentemente no Brasil — aquela paquistanesa que luta pelo acesso à educação, especialmente entre mulheres. Ela era impedida, porque era mulher, no seu país, de ter

acesso à educação. Quando ela falou em educação, não falou em absolutamente nada mais do que um livro, uma caneta, um professor e uma criança, para revolucionar o mundo. Foi isso o que ela falou. Ela queria ter acesso ao professor dela, ao conhecimento. Aquilo era a coisa mais valiosa a que ela poderia ter acesso. Outra coisa importante que ela falou foi que queriam transformar o direito dela em um crime.

Nós não podíamos, não havia espaço e não há espaço, dentro da nossa legislação, para transformar um direito que está na Constituição e que está na lei em crime. Trata-se de uma garantia que nós obtivemos depois de muita luta, para a valorização do magistério, que é a subvinculação de no mínimo 60%.

No Ceará, por exemplo, são 20% a mais, não é isso, Anizio? É de 80% a subvinculação do que está na rede estadual, para se ter um exemplo. E estavam querendo transformar, estavam caminhando para transformar o direito que o professor tem, que a valorização do magistério tem de subvinculação dos 60% em um crime.

Ou seja, se o gestor pagasse, ele poderia, mais à frente, ser responsabilizado por utilizar a lei a seu favor, para respaldar a sua decisão discricionária de entender que para se fazer educação de boa qualidade ele teria que, necessariamente, passar pela valorização do magistério, porque existe a subvinculação dos 60% na nossa própria Constituição e na lei.

Então, foi com alegria que eu recebi esses anúncios, porque quando eu vi o TCU utilizando o trabalho da nossa Comissão para embasar a sua medida cautelar, aquilo foi melodia para os nossos ouvidos, e nós dissemos: *"Bom, estamos sendo vistos. A nossa preocupação está sendo vista, e ela é válida, tanto é que há dúvidas"*. E eu também falei no TCU, recentemente: *"Na dúvida, fiquem com os professores. V.Exas. estão colocando esses recursos em boas mãos, em mãos corretas, certas, nas mãos de quem a própria lei determina. E V.Exas. vão chegar aqui e vão conseguir fiscalizar esses recursos com tranquilidade, porque os 40% disponíveis para fazer os investimentos, se forem feitos como devem ser feitos, com critério e com inteligência, serão suficientes"*.

O que não pode acontecer é termos creches e escolas fechadas, abandonadas, sem profissionais que possam desempenhar o seu mister, o seu papel. Aqui cito a Profa. Mirna, lá da cidade de Atalaia, e a Joaquina, que está aqui representando todos esses guerreiros professores alagoanos. Eu destaco Alagoas, sem demérito do trabalho de outros Estados, porque fomos nós que chamamos a atenção deste País, não é isso? E foi lá que começou toda essa mobilização, que se alastrou por todo o País, e colegas e amigos do Brasil inteiro hoje estão reunidos nesta Comissão Geral.

Mas a Mirna dizia: *"Em sala de aula, eu não sou juíza, mas muitas vezes eu fui juíza em defesa daquelas crianças; eu não sou psicóloga, mas muitas vezes eu tive que ser psicóloga daquela criança; eu não sou médica, mas muitas vezes eu tive que ser médica para cuidar daquelas crianças; eu não sou mãe daquelas crianças, mas muitas vezes eu fui mãe daquelas crianças"*. Muitas professoras sabem que, muitas vezes, o sacerdócio de se dedicar àquelas crianças faz com que elas cheguem em casa e a dedicação que têm em sala de aula falte dentro de casa com as suas próprias crianças, pelo empenho, por fazerem por vocação, por entenderem que aquilo é uma missão.

Então, nós agora empunhamos, mais do que nunca, essa bandeira pela valorização do magistério.

Em duas audiências recentes que tive, antes de ir a uma reunião com o TCU, nas cidades de Delmiro Gouveia e União dos Palmares, eu perguntei quantos professores tinham plano de saúde. Nenhum deles tinha plano de saúde. E querem dizer que o professor vai enriquecer com esses recursos? No meu Estado, no máximo, de 10 a 12 mil reais, ele ia ficar com 30 a 35 reais, uma parcela. Isso é quanto um Deputado ganha no mês, quanto um Desembargador ganha no mês, quanto um Ministro ganha no mês, fora todos os auxílios e privilégios que eles têm — valores que, muitas vezes, não têm respaldo legal. E se criam castas, categorias privilegiadas no nosso País. E o professor não tem o direito?

Há tribunais que, muitas vezes, fazem esse rateio que chega a valores escandalosos no final do ano, como ocorre em alguns órgãos e em algumas instituições. Aí o professor não pode receber um precatório em um único mês, sendo que é um direito dele. Ou seja, ele já teve prejuízo e pode arcar com esse prejuízo durante muito tempo. Agora, receber esses recursos numa parcela não pode, não é devido. Aí se cria um argumento na lei para defender o contrário. Mas, para ter a boa vontade de fazer com que a lei prevaleça e que se ache um caminho, vemos uma certa inquietação injustificável.

Como Deputado Federal e Coordenador da Comissão, fico muito feliz de estar hoje anunciando para todo o País essa nota técnica. Não vamos parar por aqui. Claro que nós vamos continuar vigilantes, atuantes, nos empenhando ao máximo. Só vamos parar quando virmos esses recursos chegar nas mãos de quem tem o direito de recebê-los. Vamos continuar preservando a nossa lei, fiscalizando o nosso orçamento e cumprindo com o nosso mister. Esse é o papel, esse é o dever de um Parlamentar. Não podemos nos esquecer que somos todos professores. Esse é um direito nosso, ninguém está nos fazendo favor.

Muito obrigado. (Palmas.)

Dando continuidade aos nossos trabalhos, convido agora para fazer uso da palavra o Sr. Anízio Santos de Melo.

O SR. ANIZIO SANTOS DE MELO - Boa tarde, companheiros e companheiras do Norte e do Nordeste aqui presentes, dos sindicatos, da nossa confederação, a CNTE, da FETAM, da nossa federação no Ceará, da CUT, dos sindicatos do Norte e Nordeste — Bahia, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, que está aqui na Mesa conosco. Em nome dessa bancada que representa milhares de trabalhadores da educação do Norte e Nordeste e do Brasil, quero fazer uma saudação especial ao jovem Deputado João Henrique Caldas, que, para nós, tem sido o farol de luta em defesa da escola pública aqui no Parlamento e teve a coragem de enfrentar um *lobby* muito forte que reuniu e reúne Governadores, Prefeitos, empreiteiras, editoras. Na primeira fase dessa luta, Deputado, nossa companheira de Alagoas e todos aqui presentes, em 2015, quando os precatórios começaram a entrar nos Municípios, nós tivemos muitas dificuldades com os órgãos fiscalizadores.

Naquele momento, os órgãos fiscalizadores não tiveram a atenção necessária para verificar, Srs. Deputados, companheiros e companheiras, que o dinheiro estava entrando na conta do Município e sendo desviado de todas as formas, desviados para uma série de interesses, desviados para complementar ou compensar a União com a Previdência.

Naquela primeira fase, todos os governos — amarelo, verde, azul, branco ou vermelho — estavam interessados em receber esse dinheiro de forma livre, leve e solta, e nenhum centavo seria aplicado em educação.

Nessa luta coletiva de todos nós, como fez referência o Deputado JHC, conseguimos primeiro os bloqueios, as jurisprudências que favoreceram o pagamento de 60%. Mas Prefeitos e Governadores que não queriam pagar subiram ao STF, e nós temos que dar continuidade a essa discussão para tentar destruir a subvinculação, ou seja, a obrigação de repassar uma fração dos recursos da educação aos profissionais da educação. A nossa união é contra, com essa notícia, como está dito numa música brasileira: *É Proibido Proibir*. É proibido dizer que esse recurso não pode pagar os professores.

Durante essa caminhada, Deputado JHC, quando íamos para as negociações, com Governadores e Prefeitos, o que eles diziam com base no FNDE e com base no TCU, era o seguinte: "*Anízio, mostre um documento que obrigue a pagar*". E a gente já colocava a nossa posição: "*Governador, Prefeito, mostre um documento que proíba pagar*." Porque a Lei do FUNDEF e do FUNDEB foi fruto de luta muito grande da nossa Confederação e dos nossos sindicatos para garantir essa vinculação de 60%.

Deputado, sabendo do seu compromisso, o importante é garantir os precatórios do passado, mas já entrar na luta pelo novo FUNDEB, para que essa subvinculação saia de 60% para 80% e possa privilegiar todos os profissionais de educação, não apenas o professor. Muita força, muita garra. A batalha pelo financiamento merece essa união. Quero dizer que estou muito contente. Mas a luta continua.

Parabéns, Deputado JHC! Parabéns, companheiros e companheiras! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Gostaria de convidar para fazer uso da palavra Profa. Joaquina Vieira, representando de forma especial os professores. Em seguida, convido o Sr. Walisson Maurício de Pinho Araújo, que é assessor do PT na Câmara dos Deputados para a área de educação.

A SRA. JOANINHA VIEIRA - Boa tarde. Saúdo a Mesa, na pessoa do Deputado JHC, que vem fazendo um belíssimo trabalho em Alagoas, que foi expandido em todo o Estado, em toda a Região Nordeste e em todo o Brasil.

Depois dessa nota, eu e todos os professores também ficamos muito felizes.

Deputado JHC, quero agradecer imensamente a V.Exa. por ter caminhado junto conosco. Desde abril, cada Município de Alagoas faz audiências públicas com a presença do Deputado JHC. S.Exa. vestiu a camisa da educação, dos professores, e tenho certeza de que vai vesti-la para sempre. E hoje, em Alagoas, acontece um movimento. Saímos de lá em uma comissão e os professores estão no Ministério Público Federal ouvindo esta audiência juntamente com todos os professores dos Municípios alagoanos e outros Municípios estão também fazendo esse trabalho, porque não conseguiram ir a Maceió.

Essa subvinculação, Deputado, foi importante, porque voltou um direito que já era nosso.

A luta não acabou, só começou. Todos os Municípios alagoanos que receberam esse recurso ainda vão receber a sua presença na negociação desse dinheiro. É de inteira importância, Deputado, que V.Exa. esteja presente. A valorização da educação, do profissional da educação é valorizar todas as profissões, porque não existe nenhuma profissão que não passe pelo professor. É de fundamental importância analisarmos e nos conscientizarmos disso, e Alagoas estará junto.

Vários grupos e vários professores estão tentando se organizar para que nenhum direito do profissional da educação jamais seja tirado. Os professores e demais pessoas em fim de carreira não têm uma casa para morar, porque o salário que recebem não é suficiente. Com esse dinheiro eles vão tentar amenizar um pouquinho a vida dos professores. Se esse dinheiro não saísse, eles estariam numa angústia em Alagoas, porque 1 bilhão de reais em Alagoas é para a estrutura das escolas. No

meu Município 80% das escolas estão reformadas. Iriam reformar mais o quê? Para onde iria esse dinheiro? É preciso de antemão fiscalizar todas as verbas da educação. Isso é muito importante.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Agradeço à Profa. Joaquina e a parabenizo, assim como todos os professores pela luta em todo o País, especialmente do meu querido e honrado Estado de Alagoas, que também estão acompanhando a nossa Comissão.

Gostaria de informar os oradores que estiverem fazendo uso da palavra que não precisam se apressar, pois conseguirão acompanhar pelo painel o seu tempo, e terão mais 1 minuto, depois que tocar a campainha.

Concedo a palavra ao Sr. Nivaldo Barbosa da Silva Júnior, advogado do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas — SINTEAL.

O SR. NIVALDO BARBOSA DA SILVA JÚNIOR - Exmo. Sr. Deputado JHC, Sras. e Srs. Deputados presentes, representantes sindicais, telespectadores, um abraço especial para aqueles que nos assistem de Alagoas. Muito nos honra de fato o convite para estar nesta Casa, de muita história, onde foi construída a Constituição Federal para debater um tema de tamanha relevância, de tamanha importância.

Vejam, senhoras e senhores, a discussão do direito dos professores não é meramente patrimonial. Muito pelo contrário, discutir o direito dos professores é discutir sobretudo o futuro, é discutir como vamos construir a nossa cidadania. Professor, sem dúvida, é a maior profissão de todas.

Nenhuma revolução educacional, Deputado, pode ser feita se não houver a valorização do magistério. Nenhum país que avançou no mundo na educação avançou sem valorizar o magistério. Por que temos, por exemplo, um Judiciário tão forte? Por que temos, por exemplo, um Ministério Público tão forte? Porque são carreiras valorizadas. Onde está a dificuldade de valorizar o magistério? É isso que não se entende. É isso que não se concebe.

No final de 2015, começamos a entrar com ações no Estado de Alagoas para garantir a subvinculação das verbas de diferenças do FUNDEF, que vários Municípios estavam recebendo. Naquela ocasião, de fato, a matéria era muito incipiente. Mas não demorou para os órgãos de controle — o próprio Ministério Público, os Tribunais de Contas — insurgirem-se, André, contra os professores, contra nós.

E a briga ganhou outro patamar. De qualquer forma, nós entramos, de 2015 para cá, com 73 ações. O Estado de Alagoas possui 73 ações, segundo levantamento. Dessas 73, nós conseguimos 47 liminares de bloqueio. Vejam, não se trata de uma aventura: 47 liminares em ações que discutem subvinculação do FUNDEF somente são possíveis se o direito for efetivo, se o direito for plausível. E assim ocorreu.

A discussão é muito simples: se esses recursos tivessem entrado na época correta nos cofres dos Municípios, os professores teriam ou não direito, os trabalhadores teriam ou não direito a eles? Até agora ninguém nos deu uma resposta com firmeza. Ficam arrumando equações, soluções virtuais, embaraços fiscais, embaraços contábeis, mas ninguém nos responde por que esse direito não poderia ser conferido aos professores, se o recurso tivesse entrado à época.

Vejam, são anos de prejuízo. Em algumas poucas experiências que tivemos em Alagoas, antes das liminares de bloqueio, o recurso simplesmente evaporou em questão de dias dos cofres públicos. Houve alguns Prefeitos presos por causa disso. Salvo engano, um Prefeito está preso. O dinheiro simplesmente sumiu em pouquíssimo tempo.

Como bem colocou o Deputado JHC, é importante destacar que os valores não são altos. Professor nenhum vai ficar rico com a participação nessas verbas. No Estado de Alagoas, segundo levantamentos, as verbas vão de 8 mil reais a 35 mil reais. Agora, falam de bilhões. Quando se dilui aquilo para os professores, o recurso é nessa faixa: entre 8 mil e 35 mil reais.

Eu tenho falado muito que seria uma enorme covardia tratar desses recursos e não permitir que os professores discutam essas verbas. No entanto, apesar de todas essas ações, apesar de todas essas batalhas, é preciso, sim, elogiar a desenvoltura, a firmeza e a dedicação que o Deputado tem empreendido para nos ajudar nessa frente. Quando o debate foi democratizado, quando a sociedade entrou na disputa, quando a sociedade começou a entender do que se tratava, nós começamos a avançar muito.

O fato, senhoras e senhores, é que não há dificuldade nenhuma, não há grandes embaraços legais. Os embaraços da Lei de Responsabilidade Fiscal podem, sim, ser conduzidos; as questões contábeis também; a forma como foram feitos os pagamentos dos advogados que trabalharam nas demandas desde 2006 e ganharam as causas. E não vamos poder pagar os advogados? Que sentido faz isso? Que País é esse onde as pessoas trabalham, dedicam-se e não podem receber? Então, é preciso repensar essas estratégias. Vejo como saldo positivo essa nota técnica do FNDE, Deputado. Acho que ela vai nos ajudar, sim, na continuidade desse trabalho. Estou muito otimista, como sempre estive. Basta um pouquinho mais

de disposição dos gestores, do Ministério Público e dos demais órgãos de controle para que consigamos encontrar uma solução definitiva para tudo isso.

Eu acredito no futuro, eu acredito na força da educação e acredito no meu país. Vamos adiante, meus amigos e amigas. Juntos nós vamos vencer essa batalha! Não tenho dúvida disso.

Um grande abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Gostaria de agradecer ao Dr. Nivaldo Barbosa pela confiança nesta Comissão. Convido para fazer uso da palavra a Sra. Maria Consuelo Correia, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas — SINTEAL.

A SRA. MARIA CONSUELO CORREIA - Boa tarde a todos e a todas.

Primeiramente, quero cumprimentar a Mesa em nome do Deputado João Henrique Caldas, Presidente da Comissão Externa que trata do FUNDEF.

Para nós é uma grande honra estar aqui participando desta Mesa, deste debate tão importante sobre os recursos do FUNDEF para os educadores e educadoras.

Como foi aqui bem colocado, a profissão de professor antecede a todas as outras profissões.

Ela é tão importante que forma todos os outros profissionais. Entretanto, nós não temos esse reconhecimento por parte dos gestores, por parte desta Casa, que tem história construída neste País.

É somente isso que nós queremos: a valorização profissional. Este reconhecimento social hoje tem sido tão difícil para nós, para o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras em educação. Não só para os docentes, mas também para todos aqueles que compõem o espaço escolar.

Vimos a esta Casa, numa luta grandiosa, junto com o Deputado João Henrique Caldas e os demais companheiros aqui presentes, as lideranças sindicais, a nossa confederação, o FNDE, órgãos de controle social, que também estão no contexto dessa luta juntamente conosco, para que possamos garantir um direito nosso líquido e certo: as perdas que nós tivemos no interstício de 1998 a 2006. Éramos para estar aqui fazendo outro debate, discutindo políticas públicas para a melhoria da qualidade da educação, e não estar aqui brigando por algo que já é nosso e foi garantido pela lei. Conquistamos esse direito com muita luta, não foi algo que foi dado para nós. Os recursos do FUNDEB são um direito nosso.

Entretanto, há divergências nos órgãos de controle social de que nós trabalhadores iríamos enriquecer ilicitamente por receber valores tão pequenos, enquanto membros do Judiciário recebem auxílio-moradia superiores aos nossos salários.

É com muita dificuldade que fazemos essa leitura, porque entendemos que qualquer país, qualquer nação só avança quando tem qualidade de educação referenciada para o filho da classe trabalhadora. Mas, para que esta educação exista de fato, vários elementos são indispensáveis. Não só precisamos ter prédios bonitos, como foi colocado — temos escolas reformadas, mas muitas delas não são, porque nós temos uma realidade muito dura —, mas também precisamos ter valorização, nós precisamos ter carreira, precisamos ter o reconhecimento da sociedade da nossa importância na formação do cidadão e da cidadã deste País.

Hoje ficamos mais felizes com a luta do Deputado, juntamente com todos, pela conquista dessa nota técnica, porque, a cada momento estamos avançando de forma grandiosa. E não tem sido fácil. Temos lutado cotidianamente, como foi aqui colocado, participado juntamente também com o Deputado das várias audiências públicas que têm sido realizadas lá no nosso Estado.

A nossa luta só vem crescendo, ela não finaliza aqui. É uma luta hercúlea, muito difícil, mas, certamente, com a nossa coragem e com a nossa ousadia, sairemos vitoriosos, porque temos toda uma compreensão de que este dinheiro é dos educadores e educadoras, e não apenas do magistério, porque todos eles — seja o vigia, a merendeira, o auxiliar de serviços diversos, o assistente administrativo — tiveram perdas salariais naquele momento.

O balizador para a valorização desses profissionais é o custo aluno. Se cada ente federado receber um valor inferior, consequentemente todos os profissionais de educação terão prejuízos nos seus vencimentos.

Acho que nós estamos no caminho certo. Esse é o nosso desafio. Vamos à luta e vamos sair vitoriosos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Parabenizo a Maria Consuelo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas — SINTEAL, e agradeço também as palavras e todo o apoio que tem dado a esta Comissão.

Como havia registrado, o trabalho realizado em cada Estado tem se fortalecido. Eles têm fortalecido uns aos outros. Isso é importante, porque os exemplos exitosos em um Estado acaba sendo absorvido por outro Estado. Dessa maneira, fortalecemos essa unidade em âmbito nacional e uniformizamos esse entendimento, que é o objetivo desta Comissão.

Assim, de forma verticalizada, nós teremos esse guarda-chuva e poderemos contemplar todos os Municípios que têm precatórios do FUNDEF para que eles possam aplicá-los da melhor maneira possível.

Convido agora para fazer uso da palavra, o Sr. Walisson Maurício de Pinho Araújo, assessor da Liderança do PT na Câmara dos Deputados para a área de educação.

Quero deixar um registro. Vou fazer um cálculo rápido. Nós não temos os números exatos, mas pelo que foi publicado, se cada um dos Municípios tivesse só 200 professores — sabemos que não tem —, receberia 70 mil reais divididos pelos 12 anos. A diferença dá menos de 6 mil reais por ano ou menos de 500 reais por mês.

Outro dado, para os senhores terem ideia, segundo o Relatório Justiça em Números, feito pelo Conselho Nacional de Justiça, as despesas do Poder Judiciário somaram 90,8 bilhões de reais em 2017. Esse é exatamente o valor dos precatórios municipais.

Passo a palavra para Walisson Maurício de Pinho Araújo, assessor da Liderança do PT na Câmara dos Deputados para a área de educação.

O SR. WALISSON MAURÍCIO DE PINHO ARAÚJO - Boa tarde. Deputado JHC, primeiro, quero cumprimentá-lo pela iniciativa desta Comissão Geral e pelo esforço muito sério de conduzir esse trabalho tão importante que envolve um pilar tão central para a educação do País que é a política de fundos.

Quero cumprimentar a todos os educadores e educadoras, os colegas de Mesa, este Plenário, na pessoa do Secretário Jurídico da CNTE — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e na pessoa do Eduardo, da Assessoria da CNTE, que tem também batalhado para que os educadores, os profissionais de educação no seu conjunto possam ser orientados em relação às disputas que precisam fazer localmente para garantir a correta destinação desses recursos.

Esta Comissão Geral, assim como a Comissão Externa, reveste-se de muito significado e importância, justamente porque precisamos garantir crescentes volumes de recursos para que a política educacional se dê em cada território dentro de parâmetros de qualidade.

Portanto, fazer um reposicionamento disso, por meio de uma Comissão Geral, que dá visibilidade e oferece a possibilidade de esclarecimento, eu acho que é um mecanismo muito importante, Deputado JHC, cujo trabalho certamente tem sido reconhecido em todo o País. Ou seja, por intermédio dessa via, da Comissão Externa e da Comissão Geral, todo o País tem a clareza a respeito do debate que está sendo feito e sabe da importância de estar atento acerca da correta e regular aplicação desses recursos.

Na prática, nós estamos falando de um orçamento do Ministério da Educação quando tratamos dessa matéria dos precatórios. Portanto, é fundamental que centremos esforços no esclarecimento e nas disputas que precisam ser feitas.

Não poderia deixar de registrar, além da batalha dos educadores para que esses recursos tenham como destinação prioritária o fortalecimento e a valorização desses profissionais, o trabalho do próprio FNDE, anunciado pelo Deputado. Como servidor que sou do Ministério da Educação cedido à Câmara dos Deputados, tenho que reconhecer que o trabalho técnico feito na direção de fortalecer a política de valorização dos profissionais da educação. O Deputado JHC já o fez na sua fala inicial, mas eu gostaria também de reconhecer isso, porque é mais um instrumento de luta na direção da valorização dos profissionais da educação.

É bom que se registre que valorização, nos últimos debates que temos feito, com a luta que faz a CNTE e as conferências de educação, envolve a formação inicial e continuada, como envolve também salário, carreiras estruturadas, remuneração condigna e condições de trabalho adequadas. Quando pensarmos no investimento dos recursos na área de educação, precisamos pensar nesses pilares, e esses pilares todos têm como centralidade a figura do professor.

É muito importante encaminharmos no sentido da aplicação desses recursos em benefício desses atores mais estratégicos que são os profissionais da educação.

Repito, acho que a Comissão Externa e a Comissão Geral acabam por contribuir para promover esse entendimento comum e os esforços de pactuação. cremos que devem ser as escolas, os estudantes e os profissionais da educação a serem alcançados pelos benefícios da correta e regular aplicação desses recursos.

Deputado JHC, educadores e educadoras, termino dizendo que nós precisamos devolver aos dirigentes eleitos a capacidade de decidir sobre a aplicação desses recursos e, ao mesmo tempo, precisamos que educadores tenham de volta a centralidade e a liderança do processo educacional. Portanto, essa sinalização acerca da subvinculação representa um avanço importante.

São essas as considerações que eu gostaria de fazer.

Agradeço a oportunidade e mais uma vez cumprimento a iniciativa desta Comissão Geral e todo esforço que envolve o trabalho da Comissão Externa.

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Gostaria de agradecer ao Walisson as palavras e por contribuir com este debate de forma lúcida e prestativa.

Reforço, desde já, a nossa luta que temos de começar pelo novo FUNDEB. Além de maior complementação da União para o novo FUNDEB de 2020, nós lutaremos por novos recursos que podem também ser advindos dos recursos dos *royalties* e dos 80% da subvinculação.

Não mais 60%, serão 80%, que podem vir inclusive através desses novos recursos, apontando já qual seria o nascedouro, ou seja, a base de onde nós iríamos retirar esses recursos, apontando também qual seria a alternativa para podermos incrementar e ter a subvinculação dos 80%.

Muitas pessoas me perguntam, profissionais de educação, pessoas que trabalham no apoio, sobre a questão da sua valorização. A própria lei fala na valorização dos profissionais da educação como um todo, mas a subvinculação é em relação à valorização do magistério. Porém, nada impede que o gestor possa fazer essa avaliação.

Então, a orientação que eu dou é que possam também fazer os debates, audiências públicas, provoquem os Vereadores e o seu gestor, para que haja também a valorização dos profissionais da área de educação como um todo, até porque são recursos vultosos, que podem servir também para contemplar esses profissionais.

Essa é a orientação que damos. Nós achamos, o Deputado JHC especialmente, justíssima essa luta. É legítimo também que participe desse debate — também recebe no bojo da nossa Comissão toda a nossa atenção — quem está lá todos os dias, porque sem esses profissionais fica inviável fazer a educação.

Gostaria de convidar agora também para fazer uso da palavra o Sr. Idalmi Pinho Guilherme, que é professor e representante da Comissão da Rede de Professores do Município de Acopiara, Ceará.

Fazendo também uma retificação, digo que o Sr. Anizio Santos de Melo é Presidente licenciado do Sindicato dos Servidores Públicos.

Então, passo a palavra para o Sr. Idalmi Pinho Guilherme.

O SR. IDALMI PINHO GUILHERME - Senhoras e senhores, boa tarde. Quero saudar a mesa, na pessoa do Exmo. Deputado JHC e também do nosso companheiro Anizio, e de uma forma especial os professores aqui presentes.

Eu pedi para falar porque, no Município de Acopiara, nós travamos uma luta pelo precatório, saímos vencedores e o recebemos em dezembro de 2017; e o restante do pagamento, em 2018.

Naquele período, nós travamos uma luta por conta de uma circular que falava sobre a desvinculação dos 60% não mais ser para o professor. Naquela época, o gestor, infelizmente, junto com o sindicato, que dizia representar a categoria, mas infelizmente estava em conluio com o Prefeito, tentou ficar com 100% do precatório. Mas uma comissão de professores, que naquele período se desfilou ao Sindicato do Servidor, formou o Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Acopiara. Naquele período, lutamos com 160 professores e conseguimos ser vitoriosos, graças a duas leis, porque acreditamos que a lei é suprema. Nenhum ofício, circular, memorando ou carta pode substituir uma lei maior.

Então, a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, art. 22, garante a vinculação dos 60% para o professor, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 4º, também garante a vinculação do dinheiro da educação para o professor.

Um dos discursos aqui feitos trouxe uma reflexão perguntando se o professor teria direito a essas sobras, e essas duas leis dizem que tem. Então, embasados nessas duas leis, nós conseguimos uma audiência pública no Ministério Público e conseguimos derrubar toda e qualquer forma de o gestor ou de o servidor daquela época ficar com esse dinheiro. O Juiz julgou favorável, e nós recebemos 60%.

Naquele período, nós descobrimos que ainda tinha ficado um saldo do FUNDEB. Nós fomos atrás disso, em Recife, e descobrimos que ainda havia algum valor. No dia 12 de abril deste ano, esse valor caiu nas Contas dos Municípios. Acopiara recebeu em média 65 milhões de reais.

Em maio, o Prefeito, num evento público em que havia em média 7 mil pessoas, anunciou: *"Atenção, professores, aquele dinheiro que vocês diziam que tinha ficado do saldo do FUNDEB chegou! E eu já coloquei os advogados para garantir da forma por que vocês lutam: 60% para o professor e 40% para investir nos demais da educação"*. Naquele período, nós ficamos muito satisfeitos, mas o Prefeito mudou de discurso e ainda continua em cima de uma circular de 2017. Graças a Deus, agora nós temos uma nota técnica atualizada. Inclusive, eu quero pedir para levar para o Município essa nova nota técnica, para botar abaixo esse ofício circular. O Prefeito está dizendo que vai ficar com 100% do restante do precatório, e nós queremos apenas garantir que os 60% sejam de novo rateados com os professores efetivos. Como no período do primeiro pagamento do precatório ele ficou com os 40%, e até hoje não se sabe onde ele investiu, nós entramos na luta

também e entramos com um requerimento pedindo que dos 40% também fossem pagos os contratados temporários, os secretários e os demais servidores da educação, porque, se investirmos no professor, seja ele qual for, teremos resultado. Então, nós queremos perguntar se esse dinheiro está no Município. O Prefeito diz que ainda não está. Nós fomos a Recife, e lá ficou comprovado que esse dinheiro foi para o Município e está depositado numa conta do Banco do Brasil. Infelizmente, nós não temos acesso... Fazemos algumas perguntas para pedir socorro aqui: como fazer para conseguir um extrato dessa conta e comprovar que esse dinheiro existe? E o que fazer para que esses Prefeitos que ainda não se sentem à vontade para cumprir a lei façam o rateio de 60% e de 40%?

Eu acho que a nova nota técnica do FNDE vai fazer com que, quando chegar ao Município, essa comissão de professores possa garantir esses direitos. Então, eu já queria sair daqui com essa nota técnica e, se possível também, com a cópia do discurso do Presidente, porque é muito relevante esse pensamento quando nós travamos a luta junto com os professores.

Meu muito obrigado, e eu espero que saíamos vitoriosos daqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Agradeço a participação do Sr. Idalmi.

Para termos a participação de um órgão de controle, convido a fazer uso da palavra a Dra. Germana Laureano, que é Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas de Pernambuco, que nos dá a honra da sua presença.

A SRA. GERMANA LAUREANO - Boa tarde a todos. Eu gostaria de saudar todos na pessoa do Deputado JHC, agradecendo o convite e louvando a iniciativa de se formar esta Comissão. Parabênizo o Sr. Deputado pelo trabalho e por suscitar este debate tão relevante, não só porque a educação é uma política pública deveras essencial, porque é quem realmente dá dignidade ao cidadão, mas também pelas expressividade desses valores, desses precatórios.

Inicialmente, eu gostaria de dar uma lufada de esperança ao colega que falou, se não me engano, o advogado do SINTEAL: os órgãos de controle não estão contra a sociedade. Nós somos parceiros da sociedade, estamos ao lado do cidadão. Queremos o cidadão do nosso lado, e um indicativo disso é que, pelo menos em Pernambuco, esse tema já foi levado ao Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas de Pernambuco já respondeu a duas consultas específicas sobre a subvinculação. De fato, ele entendeu que não incidia subvinculação, mas entendeu que não era proibido o pagamento, o que já é um indicativo de que a orientação não era bem aquela que se pensava. Então, deixou que isso ficasse a cargo de cada gestor, o que dá um espaço para que haja um diálogo.

O entendimento do Ministério Público de Contas não foi esse. O nosso entendimento jurídico é de que incide, sim, a subvinculação. Aliás, eu me identifico muito com o seu questionamento, porque o questionamento que fizemos no Ministério Público de Contas foi justamente este: se, à época, a complementação tivesse sido feita adequadamente pela União, a cada 1 real pago, 60 centavos seriam destinados aos professores? Eu tenho a resposta. A minha resposta é sim. (*Palmas.*)

Essa também foi a resposta dos dois colegas que atuam comigo no Ministério Público de Contas de Pernambuco nos dois pareceres que foram emitidos. Não foi esse o entendimento do colegiado, e nós respeitamos, porque Direito não é matemática. Não existe uma resposta pronta, como dois mais dois ser sempre quatro.

Em sendo, a cada 1 real, 60 centavos destinados aos professores, pergunta-se: a quais professores? A meu ver aos professores que estavam trabalhando na época e que tinham direito. Isso não foi uniforme entre os meus colegas: um entendeu que eram os da época; o outro entendeu que eram os atuais.

Então, são debates como este que têm que ser feitos. Eu acho importante essa democratização da discussão. Acho importante que o Congresso, que a Câmara, de fato, atue nisso, porque são muitos os Tribunais de Contas, e entre esses órgãos de controle administrativos, diferentemente do que ocorre na instância judicial, não existe uma hierarquização. O que o TCU diz não obrigatoriamente vai ser acolhido pelos outros Tribunais. Então, é importante essa atuação do Parlamento.

Outro ponto que gostaria de abordar é que é importante também que os senhores fiquem atentos porque onde está sendo reconhecida a possibilidade de aplicação desses precatórios na remuneração dos profissionais do magistério isso não pode ser confundido com o uso do FUNDEB. Digo isso, porque, onde essa prática está sendo permitida, os gestores estão querendo que os valores usados sejam abatidos no recurso que está sendo pago hoje, a cada exercício. Então, essa é uma forma de burlar a aplicação do FUNDEB. Mas já estamos atentos a isso.

Isso também é uma evidência de que os órgãos de controle são instrumentos de cidadania. Nós estamos ao lado do cidadão, ao lado da sociedade. Não estamos contra a sociedade. Só precisamos conversar mais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Agradeço à Dra. Germana Laureano pela forma profícua, com embasamento técnico, bem fundamentada e que colabora para este debate. Nós já estivemos juntos em outra oportunidade, também num

painel no próprio Tribunal de Contas da União. Então, agradecemos a ela, que contribui demais com este debate pela posição especialmente do Ministério Público de Contas do Estado de Pernambuco, com um posicionamento corajoso, atuante e participativo.

O Dr. Nivaldo está com um sorriso estampado no rosto. Já vai pegar o voo para Recife para saber como é, para chegarmos a Alagoas com tudo isso certinho e nos encontrarmos com a nossa turma do Ministério Público de Contas de Alagoas, que é muito atuante também e brigou bastante para a vinculação dos 100% para a educação.

Agora, com alegria, a pedido inclusive de alguns gestores, vou falar sobre a nota técnica do FNDE. Vamos ler aqui mais uma vez para quem está nos acompanhando em casa.

O que essa nota técnica do FNDE traz? O fato novo ou pelo menos o esclarecimento que deixa claro de forma agora definitiva é que não há a proibição, como muitos gestores quiseram por muito tempo se escudar, de fazer a subvinculação. Então, isso é discricionário.

É claro que queremos a subvinculação obrigatória, mas essa é uma vitória. Nós podemos, sim, considerar como uma vitória, porque atendendo, por óbvio, todas as discussões que tivemos no âmbito da Comissão de que isso não estava claro, nós encaminhamos e fizemos um apelo, até pelo respaldo técnico e fundamentação jurídica da discussão da subvinculação, no sentido de que a proibição era o pior dos mundos. Então isso ficou claro. Eu considero uma vitória, porque há gestores que já verbalizaram em cada Estado e em cada Prefeitura que querem pagar a subvinculação, e o FNDE, nessa nota técnica, deixa a cargo do gestor, que fará isso de forma discricionária.

Aí faremos um trabalho em cima disso. Eu, como Parlamentar; há Vereador aqui que já vai falar também; e vocês, sociedade civil organizada, professores, que têm legitimidade, profissionais da educação, devem ir aos seus gestores a partir de já, com essa nota técnica em mãos. Também vamos encaminhá-la ao Ministério Público Federal para dar ciência de que essa discussão de proibição não existe. Então eles não podem se respaldar nisso. Está claro.

Vou ler novamente a nota técnica do FNDE que chegou ontem às nossas mãos e fizemos questão de anunciar na Comissão Geral.

Aliás, agradeço à Ana Elisa e à Sílvia, do FNDE, por estarem aqui representando o órgão de forma muito técnica e elegante. Elas sempre participaram das audiências e fazem questão de estar sempre presentes, colaborando da melhor maneira possível, apesar de todos os posicionamentos e questionamentos que tivemos.

Diz a nota técnica do FNDE:

Todavia, em que pese ao posicionamento relacionado ao não enquadramento do pagamento de abonos indenizatórios, rateios e passivos trabalhistas, não se pode ignorar a evidência de que, a julgar pelo disposto no art. 211 da Constituição Federal de 1988, combinado com o art. 69, § 5º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a gestão dos recursos da educação compete aos órgãos responsáveis pela educação no âmbito dos respectivos entes governamentais.

Então, compete agora ao seu Município, ao seu gestor e ao seu Prefeito decidir sobre a subvinculação. (Palmas.)

Está na mão do gestor, dos Prefeitos e dos Governadores — agora com os precatórios dos Estados — a ferramenta para fazer subvinculação. Nós estamos vigilantes. A partir de agora, o próximo passo é por óbvio nos reunirmos com esses gestores, alertando-os para isso, o que enfraquece cada vez mais a tese, o movimento dos Prefeitos e gestores que não querem pagar a subvinculação.

Aqueles que eventualmente imaginaram por oportunismo não ser possível a subvinculação agora foram pegos pela palavra. Com essa nota técnica, vamos exigir, a começar dos cinco que publicamente se manifestaram no meu Estado, a subvinculação para os professores, esse rateio. Nós vamos cobrar, a começar por esses gestores. Não vão conseguir conter essa onda, porque tem base legal, a nossa mobilização, a vigilância desta Comissão, e não temos dúvida dos nossos argumentos técnicos e jurídicos, que prevalecem sobre qualquer outro.

Este debate, como foi dito pela Consuelo, não era sequer para existir. Se fôssemos um País que priorizasse a educação, seria algo tão forte a ponto de ser constrangedor qualquer gestor ou político imaginar colocar em questão, em xeque, o pagamento de algo que está inclusive na própria Constituição. Esse constrangimento que era para ser nosso passa a ser também um constrangimento, infelizmente, do professor e de todos os profissionais da educação, que têm que lutar pelos seus direitos, como se estivessem incomodando ou exigindo algo que não tem amparo, que não tem respaldo.

Com essa nota técnica, damos mais um forte passo à frente. Considero isso como uma vitória, porque podemos, a partir dessa nota técnica, concretamente, fazer com que esses gestores que não querem esperar por uma outra derrota desde já cumpram com a sua finalidade e que consigamos fazer a subvinculação dos 60%.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer. (Palmas.)

Quero fazer outro registro também. Nós fizemos uma representação no Ministério Público de Contas da União, e o Ministro Raimundo Carreiro, que é o Presidente do Tribunal de Contas da União, a conheceu. Então vão se debruçar também acerca da subvinculação. Nós recebemos e estamos anunciando também em primeira mão aqui na Comissão, Anizio.

Obrigado.

Vamos agora passar a palavra ao Vereador Cidário.

Vou convidar o Cidário, até para ouvirmos a opinião de um Vereador, porque há muitos Vereadores, e a participação deles é importante. Esta discussão passará certamente — até para haver homologação, para haver a participação do Ministério Público e do próprio Judiciário — pela Câmara de Vereadores, que é a Casa de Leis do Município. A discussão será importante na hora de fazer a subvinculação.

Então passo a palavra ao Vereador Cidário dos Santos, que é Presidente do Sindicato dos Servidores do Serviço Público Municipal de Igreja Nova e representa também aqui a União dos Vereadores do Estado de Alagoas — UVEAL.

O SR. CIDÁRIO DOS SANTOS - Muito boa tarde a todos e a todas.

Nobre Deputado JHC, em seu nome saúdo os demais presentes da Mesa, senhoras e senhores, Sras. e Srs. Deputados, ouvintes, os que acompanham pela *TV Câmara*, meu povo de Alagoas e os meus queridos professores, os quais represento enquanto Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Igreja Nova.

Falando do direito, eu atuo na área da enfermagem, mas sou bacharel em Direito. O Dr. Nivaldo disse aqui ainda há pouco, Consuelo, que 47 liminares foram concedidas. Foram impetradas ações e foram concedidas. Isso já demonstrou que o direito está cristalino, é claro. O *periculum in mora*, que é o perigo da demora para não haver dano grave ao direito do professor que sofre esse dano há tantos anos e o *fumus boni iuris*, a fumaça do bom direito, eu já disse, ficou clara, porque o juiz singular, o juiz de primeiro grau já decidiram. Os juízes também de segundo grau da Câmara, dos Tribunais de Justiça, também já decidiram. Eu ouvi a colega aqui de Pernambuco dizendo que ela e mais duas colegas foram favoráveis.

Mas o que me angustia enquanto cidadão, enquanto homem público também, Vereador, representando a União dos Vereadores de Alagoas, é o porquê. Eu estou aqui no lugar certo, como disse o Dr. Nivaldo, no Congresso Nacional. Segundo Montesquieu, um filósofo francês que ficou famoso pela teoria da divisão dos poderes, há os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. O Legislativo tem a obrigação de criar leis em si e aprová-las; o segundo, que é o Executivo, de cumpri-las, tão somente cumpri-las; e o Judiciário de, com base na lei, se algum direito for negado, aplicar o direito claro, cristalino.

Eu não entendo por que essa celeuma ao interpretar esse direito, com todo o respeito aos órgãos responsáveis — agradeço aqui a presença do FNDE. Espero que o Tribunal de Contas, Deputado JHC, tenha um posicionamento favorável àqueles professores. Os 60% do mínimo têm que ser pagos diretamente ao professor. Se os recursos não vieram, de 1998 a 2006, minha gente... E foi impetrada a ação, foi ganha essa ação. Por que se está discutindo tanto?

Parabenizo o Deputado JHC, que poderia estar hoje fazendo campanha, mas está aqui hoje vestindo a camisa não só do povo alagoano, de Alagoas, onde ele poderá ser detentor do voto, mas de todos os professores que têm direito aos precatórios. Então, que os órgãos de controle façam, acima de tudo, justiça. Não é possível que um servidor, a quem está vinculada a decisão de ser favorável aos direitos dos professores, consiga colocar a cabeça no travesseiro e dormir tranquilo quando ele sabe, no seu íntimo, que ele está cometendo injustiça.

Eu espero em Deus... Eu saí de Alagoas, passei a noite viajando, estou aqui sem dormir, porque eu visto a camisa dos professores, embora seja professor e não atue na profissão, mas eu entendo que essa é a mais bela das profissões, e está sendo cometida uma atrocidade quando querem retirar o que já foi conquistado, o que já foi comprovado claramente por diversos magistrados.

Então eu espero em Deus que as mentes se abram, que esses homens que vão decidir se inspirem e que comecem... Eu ouvi muitos discursos de que "adoramos os professores", "são os salvadores da pátria", mas, na hora de dar canetada, são contrários ao professor. Então não adianta. Vamos deixar de demagogia e vamos ser honestos. Vamos defender, de fato, a classe que ensina o pobre, o rico, que ensina toda a população brasileira a ser de bem e a galgar outros degraus, seja como juízes, seja em outros graus importantes da educação do nosso País.

Alagoas precisa muito, Deputado, continuar avançando nessa luta. V.Exa., como homem público, está de parabéns. É o que eu digo nas diversas comissões de que participamos: aqueles que se sentirem incomodados vistam a camisa da educação e nos deem as mãos, para que possamos fazer do nosso País, do nosso Estado, um país digno e com educação voltada para todos.

Eu saio daqui com a esperança em Deus e a certeza de que o Tribunal de Contas, com base nessa Nota Técnica do FNDE, também será favorável a esse pleito. Espero que os demais órgãos de controle realmente se sensibilizem; não se sensibilizem somente da boca para fora, mas se sensibilizem com o coração e com a alma, e que digam: *"O direito vai ter que ser pago"*. E que os Prefeitos que ficam atrás do muro, se escondendo e dizendo: *"Eu quero pagar; eu só quero que a Justiça libere"*, realmente nem venham querer discutir. A minha disse que está esperando essa nota, e eu a estou esperando com muita ansiedade, para levá-la e dizer: *"Prefeita, vamos lá para a Justiça homologar os 60% para o professor de Igreja Nova, que eu represento"*. (Palmas.)

Que Deus abençoe a todos, que Deus nos abençoe, Deputado, que Deus o abençoe na sua caminhada. Sucesso sempre!

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Obrigado, Cidário, pelas palavras respeitadas, pela forma entusiasmada com que faz o seu pronunciamento, sempre muito motivado, como todos nós, mesmo com tantas dificuldades acerca dessa discussão. Nós nunca perdemos as esperanças.

O que lá atrás estava muito distante, ou que era um sonho, hoje começa a virar realidade. Se tivéssemos abaixado a cabeça ou desistido, talvez não estivéssemos tendo este momento.

Tivemos muitas dificuldades, e lamentavelmente alguns gestores chegaram ao ponto de perseguição. Eu também senti isso na pele em alguns Municípios. Em algumas audiências, vi gestores perseguirem pessoas que estavam dando apoio. Vi gestor até proibir de se alugarem espaços privados. Se alguém o fizesse, seria perseguido pela administração. Tínhamos que fazer audiências em praças públicas, enfim. Eu disse que faria até debaixo de árvore, onde fosse, e que iríamos passar a mensagem. Digo isso para os senhores verem como é difícil a situação, e a inclinação lamentável do gestor em querer prejudicar a educação.

Qual vai ser o nosso futuro? Vejam o nível de mediocridade de alguns gestores! Isso é lamentável, e eu faço essa autocrítica à classe política, porque não dá mais, em pleno século XXI, para nos depararmos com situações como essa. Antes de mais nada, de ser um gestor, um político, uma autoridade, somos cidadãos. Enquanto cidadãos, temos que ter respeito ao próximo e deixar acontecer o debate de ideias, e não o confronto entre pessoas. Não queremos prejudicar ninguém, queremos fazer o debate de ideias. E quem tiver os melhores argumentos, o respaldo, claro, vai prevalecer. Não é nenhum demérito para ninguém, e ninguém está questionando. Muitas vezes, passa-se a impressão de que querer fazer uma audiência e questionar é querer medir forças. Não é isso. Cada um apenas está cumprindo a sua função dentro desse papel democrático. Por isso, muitas vezes, lamentavelmente, a classe política gera a hostilidade da própria população. Mas nós não podemos virar as costas, porque alguns deles querem isso mesmo, que a população fique longe, fique cada vez mais inobservante, e esse cochilo pode custar muito alto para todos nós. Por isso nós temos que estar vigilantes.

Eu gostaria de convidar para fazer uso da palavra o Sr. Alessandro Souza de Carvalho, Diretor do Sindicato APEOC e da CNTE.

Depois vou convidar a Enedina, o Rafael, o Valdir, a Ana Cristina, a Nadja e o Gabriel.

O SR. ALESSANDRO SOUZA DE CARVALHO - Boa tarde a todos e todas. Gostaria primeiramente de cumprimentar a Mesa na figura do Deputado JHC e do Presidente licenciado do Sindicato APEOC, do qual eu faço parte, Prof. Anízio Melo.

Neste momento, pessoal, é mais do que oportuno que nós destaquemos que as grandes pautas da educação têm que valorizar a luta dos profissionais da educação. Foram os profissionais da educação que lutaram pela universalização do ensino. Antes só era obrigatório o ensino fundamental. Depois virou obrigatório o ensino médio. Depois nós brigamos pelo FUNDEF, pelo FUNDEB, pela lei do piso, pelo planejamento.

Então, há que se valorizar isso sim. E aqui eu quero reconhecer a luta dos profissionais da educação, dos professores da rede pública, estadual ou municipal.

Também é necessário, companheiros e caros presentes, que tenhamos consciência do que está sendo colocado em jogo. Nós estamos brigando por um passado, por um precatório do FUNDEF, por um recurso que não foi adequadamente depositado nas contas de Municípios e Estados do Brasil. Essa complementação fez muita falta à educação pública. Por exemplo, eu tenho um pai que não conseguiu terminar o ensino fundamental. E, naquela época, não havia fundo, e, quando havia FUNDEF, esse dinheiro não entrava da forma como deveria.

Temos que brigar também pelo presente. Nós queremos a regulamentação dos *royalties* do petróleo para a educação. APEOC, CNTE e sindicatos que compõem a base da educação no País não vão abrir mão dessa pauta. Nós falamos do passado e do presente, mas há também o futuro, que está em jogo. O FUNDEB encerra em 2020, e nós não podemos calar essa importante pauta. Nós queremos um novo FUNDEB e queremos maior comprometimento do ente federado

que mais arrecada neste País, que é a União. Nós não abrimos mão de que a União tenha maior comprometimento com a educação básica pública deste País.

Então, vamos falar de passado, de presente e de futuro. Sabemos que a audiência aqui trata dos precatórios. E não vai ser diferente das outras lutas travadas pelos trabalhadores da educação. Nós vamos fazer um enfrentamento a todos aqueles que em conluio querem destinar os recursos dos precatórios de formas inócuas, de formas indevidas.

E aqui não estou puxando a sardinha para o lado do professor ou para o lado do trabalhador da educação. Esse recurso fez muita falta aos trabalhadores da educação naquele momento. E me permitam discordar um pouco do que foi colocado aqui antes. Esse recurso, principalmente com relação à destinação de 60% do FUNDEF aos professores, quando não foi depositado adequadamente, causou prejuízo aos professores do período, mas causou também prejuízo aos professores que entraram na rede depois. Nós não podemos excluir esses professores de receberem esses recursos, porque, se 60% do complemento da União tivessem sido depositados corretamente, os planos de carreira hoje seriam melhores, as carreiras dos professores seriam melhores. E quem entrou em 2008, quem entrou em 2009 e em 2010, entraria com um salário base muito melhor do que o atual.

Não vamos excluir ninguém. A proposta é valorizarmos a educação com esse recurso e incluir todos os que tiveram prejuízo na época, no presente e quando entrarem nas redes futuramente.

Quero agradecer o espaço, agradecer principalmente quem mobiliza e luta junto com a educação básica pública deste País. Sr. Presidente, Deputado JHC, Anizio, demais companheiros, sabemos quem está do nosso lado e vamos valorizar quem está do nosso lado, na luta dos trabalhadores.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Parabéns! Muito bom o pronunciamento do Alessandro Souza de Carvalho, a quem agradeço por participar da nossa Comissão.

Convido para fazer uso da palavra Enedina Soares da Silva, Presidente da Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará.

A SRA. ENEDINA SOARES DA SILVA - Boa tarde a todos e a todas!

Saudação especial à Mesa e ao companheiro Anizio, também do Estado do Ceará.

Os nossos aplausos ao Deputado João Henrique Caldas por colocar o seu mandato à disposição dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação.

Entendemos que este debate aqui hoje num contexto em que temos uma emenda constitucional aprovada que congela os investimentos públicos por 20 anos e que nós, trabalhadores em educação, já estamos sentindo na pele o congelamento dos nossos salários, o congelamento e os cortes na educação, os planos de cargos e carreiras sem progressão, sem ascensão funcional, a lei do piso salarial do magistério duramente violada nos Municípios do Brasil, para nós é uma questão de honra garantir que esse dinheiro vá para o bolso dos trabalhadores da educação que fazem a educação pública acontecer neste País. *(Palmas.)*

Estamos aqui para dizer que não haverá 1 milímetro de trégua, não haverá recuo dos trabalhadores. Ao contrário, vamos unir forças, inclusive contra esses gestores e gestoras que desviaram a finalidade desses recursos, receberam esses recursos e os aplicaram em outras finalidades. Vamos querer a devolução não só para a educação, mas também para o bolso dos professores e dos trabalhadores em educação, que são quem fazem a educação, de fato, acontecer.

Para nós este debate tem acalorado a vida nos Municípios, que muitas vezes param para ter um encontro com os trabalhadores, advogados vindos de vários cantos deste País para também terem um pedaço desse recurso. Entendemos que é extremamente desrespeitoso lutar para que esse recurso não chegue às mãos de quem faz a educação acontecer.

Como bem disse o companheiro que me antecedeu, o salário de todos os professores era para ser muito maior. Se esse recurso tivesse entrado nos cofres municipais naquele período, teríamos um piso salarial melhor, teríamos uma carreira que teria iniciado em cima de um salário inicial maior. É um prejuízo histórico para a carreira do magistério.

Enfim, nós queremos destacar a importância social dos professores. Nós estamos no período de campanha e não falta quem diga que a educação é prioridade, que professor é importante, assim como investimento público, que vai construir creche, que vai investir na educação. No entanto, nós precisamos saber, de fato, quem é que se compromete com a revogação da Emenda Constitucional nº 95, com a revogação da reforma trabalhista, porque isso está causando grandes problemas para os serviços públicos, que vão ser tirados da sociedade.

Nós queremos a revogação de todas as medidas golpistas deste Presidente ilegítimo, que está cortando dinheiro da educação e está destruindo nosso País. (*Palmas.*)

Queremos também dizer aos gestores e às gestoras municipais que tirem as mãos dos recursos dos profissionais da educação, tirem as mãos dos recursos dos trabalhadores que fazem a cidade acontecer. Se não fossem os professores, a merendeira, o auxiliar de serviço, o direito de escola, a educação pública não aconteceria. Vamos mover esforços sim, a exemplo do que está acontecendo em Fortaleza, onde nós não abrimos mão dos direitos. Estamos unindo força para garantir que os recursos sejam devolvidos aos professores que fazem a educação acontecer.

Quero perguntar, no que diz respeito à importância dos trabalhadores em educação: quantas vezes nós somos as vozes de quem não tem vez neste País? Quantas vezes são os professores que denunciam quando falta merenda escolar, quando falta cadeira, que luta contra o fechamento das escolas, que faz a comunidade se movimentar para garantir o direito básico à educação?

Não é nenhum favor, não é exigir privilégio, é apenas devolver o que era para ter sido pago há muito tempo!

Estamos firmes na luta!

Nenhum direito a menos!

Fora, Temer!

Viva a democracia deste País!

Nós não vamos abrir mão da democracia em nosso País! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Gostaria de parabenizar a Enedina pela forma corajosa, destemida com que vem defendendo a valorização do magistério. Dessa maneira, nós vamos consolidando toda a luta por uma causa tão nobre que é a educação.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Rafael Henrique Costa Santos de Jesus, professor e Diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Lauro de Freitas, Bahia.

O SR. RAFAEL HENRIQUE COSTA SANTOS DE JESUS - Boa tarde.

Agradeço, inicialmente, ao Deputado JHC pela iniciativa de convocar esta audiência pública.

Quero fazer um registro importante. Há 1 ano, estamos em Fortaleza, reunindo e congregando a frente do Norte e Nordeste em defesa dos precatórios do FUNDEF. Essa frente foi uma iniciativa, na verdade, do Prof. Anizio, que convocou uma audiência na Assembleia Legislativa do Ceará, onde fomos apresentados a essa temática, a essa privação de direito que estava acontecendo.

Hoje, como resultado deste momento importante, estão neste espaço pessoas do Ceará, da Bahia, da Paraíba, de Alagoas, de vários Estados do Nordeste, que atuam no sentido de fazer essa cobrança para que esse direito que nos foi negado no passado, essa prerrogativa que nos foi, de algum modo, surrupiada, possa hoje ser efetivada, através dessa recompensa.

É fundamental dizer que o Parlamento brasileiro, quando aponta para esse tema, assume a diretriz, assume o protagonismo em torno de uma questão que é fundamental. Reparem que FUNDEF e FUNDEB foram temas que tramitaram aqui, neste espaço. Então, é muito triste que órgãos que deveriam servir para gerar segurança jurídica aos Municípios e Estados estivessem cumprindo justamente uma função contrária.

Ouvi a fala muito pertinente da representante do Tribunal de Contas de Pernambuco. Quero até fazer este elogio por esse registro importante. O Tribunal de Contas da União, ao fazer aquela orientação aos Municípios de não pagamento, terminou, inclusive, ultrapassando a competência do próprio Poder Judiciário, porque temos já casos na Bahia, temos já casos no Ceará de acordos de pagamento de abonos que foram homologados pela Justiça. E, logo em seguida, vem o Tribunal de Contas dizer aos Municípios que não o façam, gerando, consequentemente, toda essa confusão, toda essa balbúrdia institucional, num momento muito delicado da democracia. Estou usando o termo "delicado", que é um eufemismo, para falar desse contexto ao qual a colega fez referência aqui, agora, do Estado Democrático de Direito.

Então, nessa confusão toda, nesse clima nebuloso que vivemos, ao meu ver, com todo o respeito ao que falou a representante, o Tribunal de Contas acabou gerando essa insegurança, essa instabilidade e deu munição, argumento — isto que é mais grave — para gestores municipais e estaduais que não têm interesse em fazer o pagamento para dizerem que, com base na orientação do Tribunal de Contas, não vão pagar.

Então, de antemão, é muito importante o fato de o Deputado ter feito a representação ao FNDE e o FNDE ter respondido. A leitura dessa nota técnica nos dá uma seguridade. Eu já aproveito para cobrar da Prefeita de Lauro de Freitas, Moema Gramacho, que se posicione. Não há qualquer ilegalidade, não há qualquer vício de legalidade no pagamento. É o que estamos ouvindo de pessoas que têm gabarito técnico, que têm propriedade para falar sobre isso, pessoas do Tribunal de

Contas que aqui estiveram, o próprio Deputado, que provocou, o próprio FNDE, que publicou uma nota. É fundamental que neste momento, ainda que não tenha chegado o recurso, a Prefeita tenha o comprometimento de afirmar uma posição de defesa de subvinculação de 60% para o pagamento do magistério.

É fundamental também que façamos a luta pelo passado, como já foi dito, mas que sinalizemos a luta estratégica pelo futuro. Como já foi falado, o FUNDEB acaba em 2020. Nós precisamos tornar o FUNDEB uma política pública de financiamento da educação permanente. É uma marca dos períodos antidemocráticos deste País. Em todo período de ruptura democrática neste País, tivemos perda da vinculação de recursos para a educação. Aconteceu isso em 1967, na ditadura; aconteceu em 1937, na ditadura Vargas. Nós voltamos a ter percentuais mínimos para a educação quando o País voltava a viver a redemocratização com a Emenda João Calmon, em 1983. Enfim, aqui nós fortalecemos isso com o FUNDEF e depois com o FUNDEB.

Brigar para que o FUNDEB seja permanente é uma afirmação de que nós continuaremos lutando para que a educação seja um direito assegurado a todos e todas, que não seja o privilégio.

Mais uma vez, quero parabenizar este compromisso e dizer que estaremos juntos nesta luta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Parabéns. Quero agradecer ao Rafael Henrique.

A título de esclarecimento, Rafael, quanto ao que eu falei mais cedo sobre essa posição do Tribunal de Contas da União, vale lembrar que, após essa decisão do Tribunal de Contas, houve uma medida cautelar do próprio Ministro Walton Alencar, que determinou a suspensão do pagamento e citou o trabalho desta Comissão, que tinha ouvido os órgãos de fiscalização e controle, gerando esse questionamento de forma forte. Com os respaldos que nós tínhamos, S.Exa. achou por bem novamente reavaliar, rediscutir o tema, para deixá-lo mais claro, quando o encaminhou para o FNDE.

E o FNDE agora, nessa nova nota técnica, pôs luz e disse de forma categórica que não há a proibição. É isso que devemos deixar claro.

O documento que vai ser referendado agora pelo TCU é essa nossa nota técnica, que é o nascedouro de toda essa discussão, que inclusive será de fundamental importância. Estive ontem em audiência com o Ministério Público Federal em Alagoas, que foi muito sensível. Em muitos casos, já tinha defendido os professores, a valorização do magistério, mas estava se respaldando legalmente na decisão do Tribunal de Contas e também na nota do FNDE, que agora vai dar o conforto tanto legal — que já existia — quanto ao entendimento técnico, por parte do órgão técnico, que é o FNDE, representando o MEC. E o Tribunal de Contas irá abarcar esse entendimento, fortalecendo-nos e nos dando a condição de, inclusive, nesses próprios TACs do MPF lá em Alagoas, com esse fato novo, formular agora novos procedimentos, fazendo justamente o contrário, ou seja, o gestor que se responsabiliza pelo pagamento, pela subvinculação. Estaremos lá para cobrar a subvinculação.

Por isso, fizemos hoje o anúncio desta nota técnica do FNDE. Agora, temos esse papel de, junto aos gestores e sindicatos, Câmara dos Vereadores — eu vou estar presente também —, e os professores, poder agora, de forma cristalina, trazer o entendimento que todos nós sempre defendíamos e queríamos, que era justamente a subvinculação e a distribuição desses recursos de forma adequada.

A título de esclarecimento, então, o que houve foi isso. Esta nota técnica é a mais nova decisão que nós temos em relação aos precatórios, que é de ontem. Os gestores, com certeza, tomarão ciência desta nota técnica, e cabe a nós correrem para materializar a realização do procedimento necessário para que haja o pagamento da subvinculação.

Agradeço ao Rafael e convido para fazer uso da palavra Valdir dos Santos Silva, Presidente da ASPROLF — Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Lauro de Freitas da Bahia.

O SR. VALDIR DOS SANTOS SILVA - Muito boa tarde! Primeiro, saúdo o Deputado JHC, que preside esta audiência dos precatórios do FUNDEF; saúdo o companheiro Anizio, que está fazendo a defesa da frente Norte-Nordeste dos precatórios do FUNDEF. É uma liderança que tem contribuído muito com vários Municípios em todo o Brasil. Por conta disso, nós despertamos para os precatórios. Nós estávamos adormecidos ainda em relação a isso. E, a convite de Anizio — salvo engano, em 2015 ou 2016 —, estivemos no Ceará discutindo os precatórios do FUNDEF.

Saúdo — sou professor do Estado da Bahia — o Colégio Eraldo Tinoco. Estão lá ouvindo, na expectativa de novidades sobre os precatórios do FUNDEF. De fato, o que foi dito aqui sobre o TCU acabou trazendo muito medo aos companheiros e companheiras na Bahia. E saúdo os trabalhadores em educação em Lauro de Freitas, que estão também na expectativa, porque, de igual forma, tiveram suas reticências a respeito da nota do TCU.

Por isso, Deputado, é muito salutar trazer essa nota técnica do FNDE, para que possamos renovar as forças e colocar o nosso sindicato e os companheiros para fazer o enfrentamento nos nossos Municípios, nos nossos Estados. Nós vamos precisar muito deles para fazer isso.

Quero mostrar esta camisa, importante, porque ela defende que o precatório do FUNDEF não deve ser só para o professor. Embora a legislação traga a defesa do precatório para o magistério, existe o profissional de apoio, o funcionário, que faz a educação acontecer. E o gestor que se respeita e se preza valoriza a educação e, com certeza, vai tirar dos 40% também o abono para o funcionário de escola, que merece e está lá na ponta fazendo um trabalho muito bem feito na educação dentro da escola.

Por isso, é importante que o precatório seja para o professor e para o funcionário de escola, além de ser para investimento em MDE — Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. As reformas que querem fazer façam com os 40%. Com os 60% não se bole, porque são do professor. Está escrito lá.

Saúdo, aqui, o nosso advogado João, que nos representa em Lauro de Freitas nesse caso do precatório.

Esta luta que estamos fazendo — mais uma vez parabenizamos o Deputado JHC pela autoria desta audiência — está sendo vencida aos poucos aqui. Existe a luta do jurídico, uma luta importante. Nós precisamos de advogado nessa seara, para que ele faça essa conversa diretamente com o Ministério Público e com os juízes de primeira instância. Por quê? A máquina pública, a Prefeitura, o Governo, tem aparelhos suficientes para tentar convencer o juiz de primeira instância de que não se deve pagar, porque esse é um dinheiro que foi perdido, o professor já recebeu a indenização, etc. E o juiz, que não tem conhecimento de causa, acaba se convencendo e dá uma decisão favorável à Prefeitura.

É importante que cada um de nós contratemos, sim, um advogado importante para que ele possa ter essa conversa com o juiz de primeira instância e esclarecer, por parte dos trabalhadores, que não foi uma indenização qualquer que foi perdida, mas um dinheiro dos profissionais de educação.

Todos esses documentos são importantes para dizermos ao juiz que dê parecer favorável aos trabalhadores, ou então estaremos na mesma seara desses gestores que não defendem a educação e os trabalhadores da educação.

É importante que façamos essa luta; aqui, ela está sendo feita pelo Deputado e na área jurídica também está sendo feita.

Nós trabalhadores precisamos voltar para os nossos Municípios e encorajar os nossos companheiros e companheiras de que é hora de arregaçar as mangas e dizer ao Prefeito, à Prefeita ou ao Governador: *"Pague o dinheiro do FUNDEF ou vai ter greve"*.

É isso aí, companheiros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Gostaria de agradecer a participação do Valdir.

Passo a palavra à Ana Cristina Silva Novais, Presidente do Sindicato do Magistério Municipal Público de Vitória da Conquista.

A SRA. ANA CRISTINA SILVA NOVAIS - Boa tarde a todos e todas.

Quero cumprimentar a todos neste momento, em especial ao Deputado JHC, e dizer que se manter neutro em tempo de crise é uma situação muito difícil.

Queremos agradecer-lhe pela oportunidade de estar aqui e parabenizá-lo por essa iniciativa.

Nós viemos de Vitória da Conquista, na Bahia, a quase 1.500 quilômetros de distância, para participar deste momento e não poderíamos deixar de fazer uso da palavra na discussão dessa questão.

Temos uma preocupação muito grande com relação aos precatórios do FUNDEF em Vitória da Conquista. De fato, se isso ficar vinculado apenas a um ato discricionário do Poder Executivo, será muito difícil para nós.

Deputado, nós vivemos neste momento uma situação muito complicada em Vitória da Conquista. O plano de carreira dos professores é composto apenas de dois níveis e já não atende aos professores. Esse plano de carreira, ainda assim, composto apenas de dois níveis, recebeu uma proposta do Executivo Municipal de quebra de carreira. O Prefeito de Vitória da Conquista hoje não cumpre a lei. A lei do piso, por exemplo, prevê o piso inicial, a carreira e o tempo de interação com o aluno, que seria para planejamento. Isso é muito preocupante.

Esta Casa votou e aprovou a Constituição Federal. Em Vitória da Conquista, a Constituição Federal não é cumprida, porque o Prefeito propôs um aumento diferenciado para os professores, o que fere a isonomia e o princípio constitucional.

Então, se não nos unirmos, se não nos engajarmos e se não tivermos de outras instâncias também esse engajamento, torna-se muito difícil.

Então, com essa possibilidade da quebra na nossa carreira, fizemos uma greve. A greve não foi julgada ilegal, mas mesmo assim o Prefeito de Vitória da Conquista cortou o salário dos professores e monitores lá em Vitória da Conquista. É bom lembrar também que algumas pessoas que me antecederam aqui falaram sobre essa questão da vinculação dos precatórios

para os demais servidores. Lá em Vitória da Conquista, há servidores, que são os monitores escolares e monitores de creche, que atuam em sala de aula e ganham um salário mínimo.

Então, há questões que ocorrem no Brasil que são surreais, que são difíceis de acreditar. É difícil de acreditar que uma pessoa, no financiamento do aluno, receba um salário mínimo para estar em sala de aula.

Então, é importante que esta Casa, e é por isso que viajamos tanto para estar aqui, os Poderes, os órgãos de controle e de fiscalização participem. Amanhã, vamos fazer inclusive uma caminhada em outras instâncias, porque entendemos que não é possível ficarmos sozinhos numa situação como esta.

Então, as pessoas são eleitas e acham que podem fazer o que bem quiserem. Uma colega aqui estava falando, e parecia que estávamos nos vendo, porque o ato discricionário, às vezes, tem sido utilizado de forma autoritária e truculenta, para estabelecer o que bem entendem. Temos muita preocupação com relação a isso.

Estava ali com o nosso advogado do SIMMP comentando sobre essa questão do ato discricionário. Eu acho que precisamos fazer uma luta nacional. Por isso, estamos muito contentes com esta audiência, com esta reunião, neste momento, para que o Brasil inteiro possa discutir, porque é fundamental. O que acontece em Alagoas e no Piauí também acontece na Bahia. É importante que façamos uma luta conjunta e não deixemos a cargo do ato discricionário do Executivo Municipal, por exemplo, porque, se considerarmos agora o exemplo de Vitória da Conquista, vamos saber que da parte do Governo Municipal, se se tratar apenas de um ato discricionário, será estabelecido de forma truculenta e, com certeza, não será repassado.

Então, se isso é um dever que trata de repassar um direito perdido, é muito justo, eu acho que todos nós devemos primar pela justiça.

Por isso que agradecemos muito por este momento, agradecemos por estar aqui e achamos que realmente o Deputado JHC, que é jovem, está de parabéns, porque tomou a iniciativa e a linha de frente, na pior das hipóteses, entrou na luta e não se colocou de maneira neutra, não quis ir, como Dante viu na Comédia, para o lugar mais quente do inferno, reservado aos neutros. Não existe neutralidade.

Então, os Deputados Federais têm, sim, que encampar esta luta. Eu estava dizendo para o Tiago que precisamos levantar o debate e não deixá-lo a cargo apenas da discricionariedade do Executivo ou do Estado.

Agradecemos muito. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Parabéns, Ana Cristina!

Agradecemos. Muito obrigado pelas palavras respeitadas, com certeza, este debate tem que ser fortalecido.

Nós precisamos cada vez mais aumentar o número de Parlamentares que defendem a educação e a valorização do magistério. Com certeza, isso será um divisor de águas. Eu não tenho dúvidas de que o gestor que fizer esse pagamento estará fazendo o correto. Além disso, ele terá a simpatia dos profissionais da educação por dar continuidade a todos os projetos de que precisamos, no âmbito da educação, para melhorar a qualidade do ensino.

Nós estamos aqui justamente fortalecendo as políticas públicas. Discutimos os precatórios, discutimos o novo FUNDEB e já estamos discutindo a destinação dos recursos dos *royalties*, o mínimo de 80% para a subvinculação. Estou querendo dizer que há outras pautas em discussão.

Se o povo do meu querido e honrado Estado de Alagoas me conceder a oportunidade de estar aqui novamente, daremos continuidade a esse debate, sem nos intimidarmos, de forma ativa e defendendo sempre a população. Ainda temos bandeiras importantes pela frente. Essa mobilização, essa chama não pode se apagar. Muitos estão se conhecendo em diversos Estados. Eu acho que, nesse movimento em âmbito nacional, a questão dos precatórios pode ter sido o pontapé inicial, para nos mantermos unidos e mostrarmos a nossa força.

Esta semana eu ouvi uma frase muito bacana sobre o poder do exemplo, que diz: "*A palavra fala, e o exemplo grita*". O exemplo que nós estamos dando não é da boca para fora. Trata-se de uma Comissão Geral da Câmara dos Deputados em que se pautou uma discussão que sequer existia: a subvinculação. Essa discussão era *en passant*, muito tímida, que ocorria no âmbito judicial. Cada um tinha o seu foco. Não havia o entendimento uniformizado, era uma coisa muito acanhada.

Nas próximas lutas e enfrentamentos que houver pela frente, este exemplo servirá para mostrar que é possível. O exemplo da luta dos precatórios sempre estará presente. Ele será o impulso de que nós precisamos para desbravar ou fortalecer outras lutas vindouras.

Eu gostaria de convidar para usarem da palavra os dois últimos oradores, para em seguida encerrarmos a nossa Comissão.

Concedo a palavra ao Sr. Gabriel Magno Pereira, Secretário de Assuntos Jurídicos e Legislativos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação — CNTE.

O SR. GABRIEL MAGNO PEREIRA CRUZ - Boa tarde.

Primeiramente, quero agradecer ao Deputado e o parabenizar por esta Comissão Geral. Este debate é fundamental e, por ser no dia de hoje, é simbólico. Se Paulo Freire estivesse vivo, hoje ele completaria 97 anos. É o dia do maior educador da história do Brasil e deste continente.

Antes de começar a minha fala, quero saudar os companheiros Anízio Santos de Melo, da APEOC, e Maria Consuelo Correia, da SINTEAL. Essas duas entidades muito nos orgulham, na CNTE, por serem combativas e democráticas no comando e nas lutas do debate educacional.

O dia de hoje é importante porque seria aniversário de Paulo Freire. Já foi dito aqui várias vezes, mas é importante reafirmar que a educação brasileira está sendo duramente atacada, numa conjuntura e num momento em que a democracia sofre ataques progressivos e os direitos sofrem golpes importantes, na tentativa de retirá-los.

Também já foi dito aqui — e nós reafirmamos — que não dá para discutir a ampliação do direito à educação sem a revogação da Emenda Constitucional nº 95, a tal dita por nós como a emenda constitucional da morte, porque ela condena milhões de brasileiros a não ter o braço do Estado para garantir direitos sociais fundamentais.

Não é possível discutir educação e avanço na educação, quando nós temos uma reforma trabalhista e quando o Supremo Tribunal Federal, neste mês, autoriza a terceirização irrestrita para a atividade-fim, o que ameaça as condições de trabalho nas nossas escolas públicas do Brasil inteiro e nas privadas também; ou quando nós temos a reforma do ensino médio, que prevê destruir o ensino médio público brasileiro e entregá-lo de mão beijada para o setor privado, especulativo e para as grandes corporações que hoje avançam, cada vez mais, nesse cenário do setor educacional.

Não é possível discutir o avanço da educação tendo aqui neste Congresso Nacional e em várias Câmaras Legislativas no Brasil inteiro a ameaça do projeto que tenta amordaçar os professores com a Escola sem Partido, a lei da mordação. É preciso derrotar isso.

Nós pedimos, inclusive, ao Deputado — que tem tido uma bravura na luta dessas causas — que consigamos avançar nesses processos. Isso é fundamental, e nós aqui ficamos felizes de ouvir a fala do representante do Tribunal de Contas, quando diz ser um aliado. De fato, os órgãos de controle no Brasil precisam ser aliados da população. E, para serem aliados da população, eles precisam fiscalizar por que Governadores e Prefeitos não cumprem o piso salarial nacional, por exemplo, que é desrespeitado no Brasil inteiro; não cumprem, por exemplo, o mínimo constitucional de investimento em educação. Infelizmente, diante dessas péssimas práticas que nós temos ainda no Estado brasileiro, os órgãos de controle, às vezes, calam-se, omitem-se nesses processos que são fundamentais. Não é possível avançar na educação sem isso.

Eu queria também aqui fazer um registro importante e saudar o nosso companheiro Eduardo, que acompanha na CNTE a assessoria jurídica e política de vários temas. Sem dúvida nenhuma, sem a atuação competente, nós não conseguiríamos estar onde estamos hoje.

Foi apresentado aqui o relatório técnico do FNDE. E nós vamos nos debruçar sobre ele — não é, Eduardo? Mas eu queria reafirmar a posição da nossa confederação, que foi uma posição histórica e reafirmada em Belo Horizonte, no nosso 2º Encontro Jurídico, que é a de defender e de estar na luta para que se garanta que 100% dos precatórios do FUNDEF sejam aplicados na educação pública, respeitando a subvinculação de 60%.

Estou dizendo isso porque nós reafirmamos que a subvinculação não pode ser discricionária, não pode estar a cargo de Prefeitos ou de Governadores. É preciso fazer valer o que está no texto constitucional brasileiro: a subvinculação dos 60% para os funcionários da educação, para os professores, e uma parte dos outros 40% também para os funcionários da educação. Isso não pode ser colocado como um debate discricionário.

E quero também solicitar o apoio do Deputado, porque é importante que avancemos no processo que tramita nesta Casa em Comissão Especial: o substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2015, que torna o FUNDEB permanente. Então, pedimos esse apoio. E estamos na luta.

Faço o seguinte registro a todos os professores e professoras, aos profissionais de educação, funcionários e funcionárias: contem com a CNTE na luta por avanços nos direitos da educação.

Mais uma vez, quero parabenizar a iniciativa do Deputado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Agradeço ao Gabriel e faço o registro de que a nossa luta, o nosso pedido e a nossa exigência é sempre pela subvinculação. Claro que já foi um avanço a nova nota técnica do FNDE, que deixa claro que não há a proibição. Então, paralelamente já podemos avançar onde existe ambiente para isso, portanto, onde o gestor já está disposto a fazer o pagamento. Podemos dizer: olhe, há como homologarmos esse acordo; vamos efetivar a

subvinculação. Portanto, já estaríamos cumprindo com a finalidade, que é o que queremos. Mas nós continuamos, claro, com a nossa luta aqui.

Eu, como Parlamentar, também fiscal da lei, posso afirmar que não há nenhuma discussão, nem de longe, dentro desta Casa questionando a subvinculação em 60%, até porque esse era majoritariamente o espírito da lei, quando criou o Fundo. A preocupação foi justamente a subvinculação de, no mínimo, 60%. Então, estamos falando de mínimo. A garantia que o legislador deu foi essa, de 60%.

Incomoda-me o fato de nós sermos a Casa de Leis e vermos, muitas vezes, uma atribuição que é nossa, prerrogativas que são nossas sendo questionadas de forma indevida e inadequada. Eu não aceito isso, não aceito! (*Palmas.*)

Como Deputado, como membro da Mesa da Câmara dos Deputados, como 3º Secretário do Congresso Nacional também, tenho uma responsabilidade ainda maior com esta instituição, porque os Poderes são harmônicos, mas são independentes. Então, a qualquer Parlamento que chegamos no mundo, sabemos que há uma divisão clara desses Poderes, com harmonia, mas, sobretudo, com independência. Então, não pode haver interferência nem tentativa de usurpar as nossas competências, as nossas atribuições, nem pode haver interpretações esdrúxulas do texto da lei, do espírito da lei que nós, de forma clara e cristalina, colocamos tanto na nossa Constituição como nas leis. Então, essa é uma preocupação que temos, e nós exigimos esse cumprimento.

Nós temos esses avanços e precisamos utilizá-los da melhor maneira possível. Queremos que se cumpra a finalidade da lei e se possa proteger a lei, a valorização do magistério, os profissionais de educação.

Registro que estão presentes aqui representantes dos Estados de Ceará, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Bahia, Piauí, portanto, de seis Estados, especialmente Estados do Nordeste.

Eu gostaria de convidar para fazer uso da palavra a Sra. Nadja Carneiro de Souza, Diretora do Sindicato de Servidores Públicos Municipais de Ubajara e da Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará — FETAMCE.

A SRA. NADJA CARNEIRO DE SOUZA - Quero cumprimentar todos da Mesa, na pessoa do Deputado João Henrique Caldas, a quem eu tenho a imensa satisfação de conhecer. Quero pedir licença também para cumprimentar todos os servidores públicos municipais que estão nos assistindo e nos ouvindo, principalmente, os meus companheiros e companheiras do Estado do Ceará. Quero cumprimentá-los em nome da nossa Presidenta Enedina, que veio aqui e fez uma fala belíssima que muito nos representou.

Eu quero começar a minha fala solicitando ao nobre Deputado o número da nota técnica do FNDE, para podermos ter acesso a ela e a utilizarmos no Município.

A fala da Enedina contemplou — assim acredito — todos os servidores municipais. Eu sou professora no Município Ubajara há 18 anos e estive na presidência do sindicato por três mandatos. Nós temos uma luta muito árdua. Em 2016, começamos a trabalhar a questão do precatório do FUNDEF e tentamos com a gestão anterior, com o Prefeito anterior e com o Prefeito atual, mas, infelizmente, não obtivemos sucesso nenhum. Entramos como terceiros interessados na ação, que foi para a 18ª Vara, em Sobral, e lá saiu uma sentença dizendo que o valor do precatório do FUNDEF tem que ser investido em educação. O dinheiro do Município de Ubajara está desbloqueado numa conta. Nada impede que o Prefeito pague aos professores e invista na educação, mas até agora nada disso foi feito infelizmente. Então, há essa sentença estabelecendo que o valor tem que ser investido em educação.

E a pergunta que se faz é a seguinte: investir no professor não é investimento em educação? O que é investimento em educação? É pintar escolas com tinta da pior qualidade? É comprar cadeiras? E o professor onde fica? É ele que está dentro da sala de aula e que cuida de vidas, como o nobre Deputado falou e muitos outros já falaram aqui. Às vezes, o professor é pai, mãe, médico, psicólogo. Cadê a valorização desse profissional?

Estamos num ano eleitoral, em que os Prefeitos soltam áudios nos grupos dos servidores dizendo: "*Nós vamos pagar*". Ou dizem: "*O que a Justiça determinar nós vamos fazer*". A Justiça determinou que tem que ser investido em educação. Por que esse dinheiro não chegou em melhorias para educação ou no bolso do professor? Por que esses valores ainda estão nas contas? O que falta para esse dinheiro chegar para o professor?

Já foi falado aqui de tudo o que aconteceu, de todas as perdas que tivemos por conta desse precatório. E agora nós professores vamos ficar no prejuízo de novo? O que os Prefeitos dizem é o seguinte: "*Eu não sou obrigado a pagar*". Então, eu estou muito satisfeita com a nota.

A sentença diz que tem que ser investido em educação, mas não especifica que tem que ser pago para o professor. Aí vem aquela velha pergunta: professor não é investimento?

Encerrando as minhas palavras, quero dizer o seguinte: nós queremos a valorização dos profissionais da educação e não é só dos professores, porque a educação não é feita só de professores. Existe uma comunidade escolar, existem os demais servidores da educação, o porteiro, o auxiliar de serviços gerais, o merendeiro, a secretária escolar. Todos os demais servidores da educação também têm que estar contemplados nesses valores, porque nós dependemos deles também para ter uma educação de qualidade nos nossos Municípios. Nós dependemos de todos, de toda a comunidade escolar.

Então eu quero deixar registrado aqui o meu repúdio a esses Prefeitos que não obedecem, que não veem o professor como uma parte principal na educação, que não o veem como um patrimônio no seu Município. É por meio do trabalho do professor que vêm as várias outras profissões.

Eu encerro aqui as minhas palavras dizendo que a solução do Brasil está na educação, e não em armas.

Para finalizar: ele, não! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (JHC. PSB - AL) - Eu gostaria de agradecer a todos os presentes.

Assim como a Nadja falou aqui no seu pronunciamento, eu gostaria de dizer que toda a comunidade escolar, as merendeiras, o vigilante, a secretária escolar, enfim, todos os profissionais de educação merecem e devem ser valorizados. Essa discussão tem sim também que estar sendo feita no âmbito municipal com seus gestores. Contem todos com o meu irrestrito apoio. Nós estamos aqui também para estar de forma atenta, com todo o nosso mister, o nosso mandato e nossa forma de política para defender a quem ache que nós devamos os estar representando. Então sintam-se contemplados. O meu gabinete está de portas abertas.

Eu gostaria ainda de fazer o registro da presença neste debate do Presidente do Sindicato dos Profissionais em Educação do Extremo Sul do Piauí, o Sr. Ozenilton Viana, e também do assessor jurídico André Rocha. Eu agradeço as presenças. Sejam muito bem-vindos à Casa do povo brasileiro. Para mim é motivo de satisfação e de muita honra receber representantes do querido Estado do Piauí aqui, assim como do Estado de Pernambuco, do Estado da Bahia.

Também está presente o Dr. João, Presidente do PROS, que inclusive foi indicado para falar pelo PROS aqui na Comissão. Ele mostrou a sua preocupação, e nós fizemos ainda melhor, porque vamos estar juntos. A convite do Dr. João, vamos estar em audiência também em Bom Jesus da Lapa. Esse contato foi feito pela Professora Eldy Satelis, que é de Serra Dourada. Vamos reunir toda a região. Nós vamos fazer o convite a vocês da Bahia. Estamos anunciando aqui em primeira mão que estaremos lá presentes no dia 22.

A audiência será no CTL de Bom Jesus, às 10 horas, no sábado, dia 22. Eu estarei presente a esta audiência para prestigiar a Bahia também. Estamos nos alinhando com o nosso querido e grande amigo Anízio, que tem nos ajudado bastante.

Muito obrigado, Anízio, pela sua contribuição. (*Palmas.*)

Podem aplaudir. O Anízio saiu lá do Ceará e, para mexer com o pessoal de Alagoas, chegou em Penedo querendo me levar para o Ceará, mas eu disse: "*Eh, rapaz, o que é isso? Aqui, não*". Não foi isso, Joaquinha? (*Risos.*)

O Anízio saiu de lá para me dar um abraço e dizer que estava junto comigo nessa luta. Logo em seguida, veio a Brasília e já me deu várias ideias. Estamos juntos, porque já virou uma grande amizade — não é, Anízio?

Então, ao parabenizar o Anízio, eu parabenizo todos os profissionais de educação. Eu o parabenizo por tudo que tem feito para o Ceará. E em algumas coisas que precisamos avançar no nosso Estado também, vamos pedir a sua contribuição. Então, muito obrigado.

Eu queria agradecer, de forma especial, aos representantes de todos os órgãos de fiscalização e controle que têm contribuído, que têm nos ajudado, de uma forma elegante, de forma atenciosa e querendo colaborar ao máximo. É muito bom quando apontamos soluções também. Os órgãos de fiscalização e controle estão ali para fiscalizar e identificar o que já aconteceu de errado. E dessa maneira, de forma cautelar, nós conseguimos contribuir para uma boa aplicação. Essa é uma maneira sábia de participarmos do debate. É salutar preservarmos esses recursos para eles serem utilizados da melhor maneira possível.

Eu quero agradecer a Dra. Germana Laureano por suas excelentes palavras e, por seu intermédio, agradeço a todos os órgãos de fiscalização e controle.

Nas pessoas do Dr. João, advogado, que aqui representa a OAB, e do Dr. Nivaldo, agradeço a todos os representantes da Ordem dos Advogados presentes. O Dr. Nivaldo tem feito um trabalho brilhante lá em Alagoas não só em defesa dos precatórios, pelo que ele tem ganho grande notoriedade, mas também como por toda a classe lá no Estado de Alagoas.

Eu o parabenizo duplamente, Dr. Nivaldo, por todo o seu esforço, pelo seu empenho, muito jovem, mas muito capaz, muito experiente e muito determinado. Então, parabéns, Dr. Nivaldo.

Agradeço à Joaquinha e, por seu intermédio, a todos os queridos professores do meu honrado Estado de Alagoas.

Na verdade, Anízio, nós somos convocados a participar dessas audiências. Eu tenho isso para mim como convocação mesmo. Necessariamente eu participo dessas convocações e me sinto assim. Quando me convidam, em qualquer circunstância, mesmo sabendo das dificuldades, eu paro tudo que estou fazendo e vou lá. Podem estar lá 10, 15 ou até 2 mil professores, como aconteceu com uma audiência que fizemos lá. Claro, são muito importantes esses movimentos, e eu vou a cada um deles. Quando encontro as pessoas nas ruas, eu paro, seja uma, sejam duas pessoas, e esclareço com o maior carinho do mundo, com a maior atenção. Muitas vezes, essas contrainformações precisam de alguém que dê respaldo a elas, que seja uma informação dada com credibilidade. Às vezes, há um debate deseducador, e alguns gestores se aproveitam disso para, lamentavelmente, ventilar a possibilidade de não se fazer esse pagamento.

Então eu acredito que essas audiências são importantes para esclarecer, para nos fortalecer a dar um encaminhamento.

Por intermédio do Cidário, eu quero agradecer a todos os Vereadores que participaram hoje deste debate aqui e também pela *TV Câmara*, pela Internet. Quero também agradecer à UVEAL por estar sempre participando. Agradeço também à Vereadora Aurélia, da importante cidade de Arapiraca. A Vereadora sempre nos provocou, e o primeiro requerimento a ser feito será o de Arapiraca. Inclusive o gestor já se comprometeu a fazer a subvinculação, e nós vamos cobrar. Esse é o momento.

O Prefeito de Marechal também já declarou, inclusive para mim, que irá fazer a subvinculação — não é, Joaquina? Então, precisamos entrar em contato com todos esses gestores.

Quero agradecer à Consuelo, do SINTEAL, que tem participado de todos os nossos debates. Quero lhe agradecer por participar de forma ativa, sempre colaborando da melhor maneira possível.

Esse aqui não é um debate de um partido, mas de toda a sociedade. Eu estou aqui para cumprir o papel de estar à frente desse movimento. Então tenho que entender a importância desse momento. E quem quiser vir participar será sempre muito bem-vindo. Nós deixamos isso muito claro.

Eu gostaria de agradecer a cada um dos que participaram hoje conosco deste debate. Por intermédio do Anízio, quero agradecer a todos os representantes dos sindicatos aqui presentes. E por intermédio do Walisson, que fez parte da Mesa, quero agradecer todas as indicações. Cada partido indicou dois membros para fazermos o debate no dia de hoje.

Meu muito obrigado pela participação de todos vocês. Vamos continuar firmes, incólumes, nos nossos princípios. Para mim foi motivo de muita honra e de muito prestígio. Fui abençoado por estar defendendo uma causa tão nobre: os professores, a valorização do magistério, a educação e todos os profissionais da educação. Portanto, foi um presente que eu ganhei neste meu mandato para defender todos vocês. Contem comigo! O meu gabinete está de portas abertas. Enviem-nos *e-mails*. Nós fazemos questão de checar os *e-mails* e todas as informações que nos chegam. Todos sabem que a nossa estrutura institucional está mais do que nunca voltada para uma causa tão nobre como esta. Os precatórios foram o pontapé inicial de toda essa luta. Eu tenho certeza de que nós vamos nos ver em outras oportunidades. Nós vamos vencendo cada etapa e precisamos fortalecer cada vez mais a educação do nosso País.

Logo após o encerramento, eu vou ficar aqui à disposição de todos vocês para darmos continuidade. Isso não acaba aqui na Comissão Geral. Pelo contrário, esse foi só mais um capítulo, estamos caminhando para ter um entendimento final e podermos, sobretudo, fazer com que a subvinculação aconteça e assim cumpramos com a finalidade da nossa Comissão, qual seja a de dar voz especialmente a quem não estava sendo ouvido e prestigiado nesse debate e que, paradoxalmente, era para ser o primeiro ator desse processo.

Hoje realizamos esta Comissão Geral para todos vocês usarem o plenário e, majoritariamente, os professores poderem falar. Vejam a importância deste Parlamento para dar voz a vocês, que não eram ouvidos, não eram vistos, não estavam em documentos, não estavam em absolutamente nada, não faziam parte dessa discussão. E olhem só agora o protagonismo que todos vocês estão tendo. Então, eu me sinto um instrumento desse processo todo, mas, efetivamente, quem conseguiu isso foram vocês.

Então, fica o meu muito obrigado. Contem sempre com o Deputado JHC. (*Palmas.*)

ENCERRAMENTO

Tendo sido alcançada a finalidade desta Comissão Geral, declaro encerrada a presente sessão.

(*Encerra-se a sessão às 17 horas e 09 minutos.*)